

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO AO
PAGAMENTO DE RENDAS EXCESSIVAS AOS PRODUTORES DE
ELETRICIDADE**

[Resolução da Assembleia da República n.º 126/2018, de 17 de maio]

Reunião n.º 48
(sem revisão final)

14 de fevereiro de 2019
(17,40 h – 21,02 h)

Ordem do dia: Audição do Eng.º Mário Ferreira Guedes*, ex-Diretor-Geral da DGEG.

Presidente da Comissão: Emídio Guerreiro

Deputados:

Jorge Costa (BE)

Hélder Amaral (CDS-PP)

Bruno Dias (PCP)

Joel Sá (PSD)

Fernando Anastácio (PS)

* Apresentação em *PowerPoint*

O Sr. **Presidente**: — (Emídio Guerreiro): — Srs. Deputados, estão reunidas as condições para iniciar esta inquirição da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Pagamento de Rendas Excessivas aos Produtores de Eletricidade.

Eram 17 horas e 40 minutos.

Temos connosco o Sr. Eng.º Mário Ferreira Guedes, que saúdo e a quem agradeço a disponibilidade para estar hoje aqui. Espero que esta audição decorra de forma positiva para os interesses da Comissão, no apuramento da verdade relativamente ao pagamento de rendas excessivas no setor da eletricidade, tendo eu já tido oportunidade de explicar ao Sr. Eng.º Mário Guedes o modo de funcionamento da Comissão.

Para a intervenção inicial, foi-nos trazido um documento de apoio, que já foi distribuído pelos Srs. Deputados, cuja apresentação, conforme foi dito, ocupará um tempo indicativo de 15 minutos.

Assim, a partir deste momento, tem a palavra o Sr. Eng.º Mário Guedes.

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Gostava, antes de mais, de saudar o Sr. Presidente e os Srs. Deputados e, acima de tudo, de saudar a iniciativa da criação desta Comissão de Inquérito. Faço-o por diversos motivos, nem que seja pelo motivo mais óbvio e imediato, isto é, a chamada de atenção para um setor que tem muitas especificidades técnicas, muitas características e muitas *nuances* extraordinariamente específicas e que, em muitos casos, não têm a devida atenção do ponto de vista da opinião pública, designadamente, em muitos aspetos e em banda larga, dos decisores políticos.

Vou tentar fazer uma apresentação que seja relativamente curta, enquadrando mais ou menos a forma como atualmente se encontra o setor da energia, com especial ênfase no sistema elétrico nacional.

Este gráfico (*slide 2*) representa, basicamente, nos últimos oito anos, a evolução dos preços da eletricidade para os consumidores domésticos, designadamente em Portugal e em Espanha. Vamos usar sempre a comparação entre Portugal e Espanha, porque estamos incluídos, no setor da energia elétrica, no mercado único e daí o facto de ser muito importante, pelos mais diversos aspetos, sabermos a ligação e fazermos, como *benchmark*, o que se passa ao lado, também por fatores de competitividade.

Basicamente, aqui conseguimos perceber que, de uma forma geral, a tendência e a evolução dos preços da energia elétrica em Portugal encontram-se alinhados com Espanha. No caso do setor dos consumidores domésticos, o preço em Portugal é ligeiramente inferior.

Aqui (*slide 3*) podemos ver, também, já esta comparação, designadamente entre Portugal e Espanha, mas agora olhando para a União Europeia de uma forma geral. Podemos, novamente, comprovar que o preço da energia, neste caso para consumidores domésticos, quer em Portugal quer em Espanha, encontra-se nas gamas mais elevadas. Estes dados são os mais recentes e foram distribuídos pelo Eurostat no passado mês de dezembro.

Chamo a atenção para uma característica nesta comparação de preços para consumidores industriais (*slide 4*). Os valores que aqui estão consideram-se sem IVA (imposto sobre o valor acrescentado) e vemos uma situação: Portugal está novamente alinhado, de uma forma geral, com o que se passa em Espanha, mas ao contrário do que se passa em Espanha para os consumidores domésticos, o preço da energia para os consumidores industriais é, constantemente e de uma forma global, sempre ligeiramente mais baixa, o que constitui, claramente, um fator de competitividade da indústria portuguesa.

Passamos à decomposição do preço da eletricidade (*slide 5*), novamente para consumidores domésticos. Aqui, a banda de consumo corresponde, basicamente, aos 2500 KWh e aos 5000 KWh que, em Portugal, para consumidores domésticos, é a mais importante. Aqui, podemos ver algo relativamente interessante: em Portugal, nesta gama de valores, o preço da energia e das redes, na componente, comparado com todos os outros, é relativamente mais baixo. Existe uma grande diferença, designadamente a nível dos ditos «CIEG» (custos de interesse económico geral). Para Portugal, aparecem estes CIEG automatizados; na maior parte dos outros países da Europa, tal não acontece pelo simples facto de o Eurostat, em muitos casos, não conseguir diferenciá-los, designadamente a nível dos impostos.

Vamos ver no *slide* seguinte (*slide 6*) — é exatamente o mesmo *slide*, só que ordenado por valor crescente relativamente ao preço da componente de energia e redes — em que Portugal é dos países, na Europa, que tem os valores mais baixos em termos do custo de energia e redes. A componente que nos afeta e que nos faz variar, claramente, em relação aos outros países da União Europeia, é a questão dos CIEG e, naturalmente, o IVA. Este quadro é, novamente, para a mesma gama de consumo, de 2500 KWh a 5000 KWh, que é a mais representativa em termos de consumidores domésticos.

Olhando para os CIEG (*slide 7*), é importante perceber — estes dados são retirados de relatórios da ERSE — que este é o sobrecusto das renováveis e a componente que tem em termos de custo, anualmente, incorpora no nosso sistema elétrico nacional. Podemos ver que os valores são importantes e que, para o ano de 2017, esse valor atingiu 900 milhões de euros.

Apesar de tudo isto e apesar da evolução que temos tido na incorporação de energia elétrica, designadamente da energia renovável, podemos ver a evolução da tarifa regulada (*slide 8*), que é definida pelo Governo anualmente, no mês de dezembro, para o ano seguinte. Esta é a

tarifa, não de mercado livre, mas regulada, que comporta, aproximadamente, 10% dos clientes individuais e em termos de consumo de valor é inferior. Podemos ver, claramente, em primeiro lugar, que, nos últimos anos, os aumentos começaram por ser relativamente reduzidos. Chamo a atenção para o que se passou em 2016, na altura em que tivemos um aumento da tarifa de 2,5%, que foi o menor aumento tido a nível da energia elétrica. Isto ocorreu em 2016 e, consecutivamente, tem evoluído desta forma.

É muito importante a evolução da tarifa de acesso às redes (*slide 9*), porque esta é a componente que afeta claramente os consumidores industriais. Este não é o preço da energia, é uma das componentes do valor da energia para os clientes industriais, ou seja, aqueles que precisamente dependem largamente da sua competitividade junto com outros países. Vemos aqui, novamente, uma evolução destas tarifas de acesso à rede, que têm, claramente, vindo a baixar.

Passamos agora, talvez, a curto e médio prazo, para o problema ou a causa ou o efeito mais desagradável que temos: a dívida tarifária, que atingiu um pico em 2015 de cerca de 5000 milhões de euros. Felizmente, dando origem, em 2016, à primeira situação de *superavit* a nível de sistema elétrico nacional, o que permitiu reduzir a dívida tarifária e que, consistentemente, tem vindo — ou prevê-se que continue — a baixar.

Está aqui, provavelmente, a questão mais importante, pois da mesma forma que temos aqueles valores de preços da energia em Portugal — que são dos mais elevados da Europa, como podemos comprovar, sendo um fator naturalmente de competitividade e de todos os outros aspetos —, ao mesmo tempo, e não obstante isso, temos este enorme problema da nossa dívida tarifária não só pelo facto de ter de ser amortizada todos os anos, mas por existir também o serviço da dívida, que é uma componente que afeta o valor da energia todos os anos.

Este é o modelo da previsão da evolução da dívida (*slide* 11). Trata-se de uma situação em que nós, Portugal, temos um compromisso internacional — e, digo eu, que neste aspeto será de cumprir — que é a necessidade fundamental, do ponto de vista de estabilidade, de concorrencial e do preço da energia elétrica em Portugal que temos de assumir. Este é o modelo existente que tem os dois extremos: um cenário otimista e um cenário menos otimista. Basicamente, o que temos vindo a ver é que, felizmente, a evolução da dívida em Portugal tem avançado de forma a que nos permita ajudar e prever que nos mantemos no cenário otimista.

A par disto tudo, achei importante referir também o seguinte (*slide* 12): apesar das evoluções tecnológicas, apesar dos momentos de crise, apesar das alterações do sistema industrial nacional, dos novos hábitos de consumo e de um sem-número de outras grandes mudanças que estão a ocorrer na energia, em Portugal e no mundo, a intensidade energética em Portugal, de uma forma geral, tem-se mantido relativamente estável, com uma ligeira tendência para baixar. Isto é, sobretudo, fruto das medidas de eficiência energética, que são medidas a longo prazo, cujo impacto é sempre mais demorado, e, também, pela influência da entrada das energias renováveis.

Só por curiosidade e para termos uma perceção, pode ver-se como tem sido a evolução do consumo total de energia (*slide* 13) — novamente, estou a falar de consumo total de energia, não estou só a falar de energia elétrica, mas sim da globalidade — em que, uma vez mais, continuamos a ter uma enormíssima componente, que é precisamente a que advém da importação de produtos petrolíferos. É relevante termos esta análise, precisamente por causa de uma situação que podemos ver mais à frente e que será importante.

Esta é a evolução do consumo total de energia primária (*slide* 15), para percebermos novamente que se mantêm as características anteriormente mencionadas.

Gostava só de salientar uma pequena situação: tanto no ano de 2016 como no de 2017, pela primeira vez, no saldo, temos uma componente em que temos já exportação da energia e não importação de energia elétrica. Era algo que acontecia consistentemente no passado, sempre com valores relativamente residuais, mas acho que é um sinal muito importante e que será de salientar.

O mesmo se passa novamente, mais especificamente, no que se refere à energia elétrica (*slide* 15). Temos tido uma evolução que tem sido dependente, naturalmente, dos ciclos económicos a nível do consumo, neste caso, também, da produção de energia renovável, mas é importante percebermos que o sistema elétrico nacional é capaz e tem resiliência suficiente para responder sempre às necessidades existentes do consumo de energia elétrica.

O mesmo se passa aqui, neste caso, com a evolução que temos tido, nos últimos anos, a nível da capacidade instalada (*slide* 16). Podemos ver que, de 2008 para 2017, tivemos um aumento de 5,1 GW de potência instalada. Ao lado, podemos ver que, neste aumento de potência, a nível das energias renováveis, este aumento foi ainda superior, de 5,3 GW.

Basicamente, o que é que isto nos permite concluir? Do ponto de vista das energias não renováveis, a potência instalada manteve-se mais ou menos semelhante, com uma ligeira redução, mas a grande evolução tem sido, sobretudo, a nível das energias renováveis.

No que se refere à meta que Portugal tem assumido de integração de energia renovável, apresento os dados relativamente a 2016 (*slide* 17), só para referir que Portugal tem a 5.^a meta mais ambiciosa ao nível da União Europeia, que neste caso é de 31%. Esta é uma meta que temos de atingir em 2020 e podemos ver, de uma forma geral, o grau de cumprimento. Este *slide* está ligeiramente desatualizado porque, entretanto, foram publicados dados

do Eurostat, relativamente ao ano de 2017, e que eu gostava de referenciar mais à frente.

Se olharmos para a evolução ao nível da energia total e não só da eletricidade (*slide* 18), vemos que para o ano de 2017 Portugal teve uma ligeira queda ao nível da incorporação de energias renováveis. Isso tem várias explicações, mas será atribuível, sobretudo, a uma situação: 2017 foi um ano muito especial do ponto de vista da energia em Portugal. Foi um ano extraordinariamente quente, foi um ano de extraordinária seca e que influenciou, diretamente, a produção de energia hídrica.

Será escusado relembrar aos Srs. Deputados os planos de emergência que em 2017 foram incorporados pelo País todo, precisamente na gestão da reserva de água. Tivemos o País quase todo, por diversos momentos, em seca e a produção hídrica, a esse nível, foi 55% da que se registou em 2016. Ou seja, esta queda advém disso.

Por que razão é que esta queda é tão baixa, só de 0,3%? Tem, pura e simplesmente, a ver com a fórmula de cálculo da diretiva europeia que obriga a esta contabilização, o que significa que a fórmula tem de ser normalizada de forma a evitar, do ponto de vista estatístico, esses efeitos de pepita na evolução.

Neste gráfico, gostava ainda de salientar que ao nível da energia elétrica, a percentagem de energia renováveis, apesar desta queda da hídrica, continuou a aumentar e continua a avançar. Se olharmos para isto, seria capaz de dizer que, do ponto de vista do sistema energético nacional, o nosso calcanhar de Aquiles continua sempre ao nível dos transportes e, como sabemos, nos transportes continuamos a ser, fundamentalmente, dependentes do petróleo. Estes valores que temos aqui na casa dos 9% advêm, sobretudo, dos biocombustíveis e, naturalmente, também dos veículos elétricos.

Novamente, gostava de referenciar que, na minha opinião, este é dos setores para o qual temos de começar a olhar: o setor da mobilidade e da sua sustentabilidade quer do ponto de vista energético, quer do ponto de vista ambiental.

Ao nível da evolução da fatura energética e da importação, gostava aqui (*slide* 19), acima de tudo, de salientar que, apesar deste aumento de energia — não sei se se consegue ver muito bem o gráfico relativo à área —, o valor desta mesma energia tem baixado cerca de 37%, quando comparado a 2008. É algo importante. Consumimos mais energia, mas o valor, no saldo da balança de pagamentos, é relativamente inferior.

Pedia agora aos Srs. Deputados que olhassem atentamente para o *slide* 20, pois acho que, do ponto de vista estratégico, este é capaz de ser o *slide* mais importante: refere apenas a evolução da dependência energética de Portugal. Trata-se, do ponto de vista geoestratégico e do ponto de vista estrutural, daquele que talvez seja o grande problema do País — algo que, provavelmente, nos fez passar por alguns momentos mais complicados, ao longo do século XX —, que é a incapacidade que o País tem de ser autossuficiente do ponto de vista energético.

É óbvio que Portugal perdeu ou chegou mais tarde à Revolução Industrial precisamente por causa disso, precisamente por causa desta situação. Portugal não tinha fontes de energia. Não tínhamos carvão, designadamente, no início — o carvão que sempre existiu em Portugal foi pouco e de fraca qualidade.

É óbvio que Portugal não tem capacidade para produzir petróleo e gás, daí o facto de nós termos esta alteração do desígnio do paradigma energético, a nível mundial, através da incorporação das energias renováveis em Portugal. É um desafio que temos de alcançar, temos de o abraçar e temos de fazer de tudo para que ele consiga ser vencido, para que consigamos ter o nosso objetivo fundamental e primordial, que é ter acesso a energia, que ela

esteja disponível, que ela tenha qualidade, que o serviço seja de qualidade e, acima de tudo, que o custo se mantenha relativamente baixo, porque isso é um fator de competitividade a todos os níveis.

Como é que isso se consegue? Eu julgo que é esta a única forma: promover a produção de energia renovável. Faço questão de salientar que tudo isso terá de ser feito sem tarifas *feed-in*, de forma a que aquelas condicionantes, inicialmente referidas na apresentação, que têm, sobretudo, a ver com o custo da energia, com a dívida e o *deficit* tarifário, nos permitam, acima de tudo, ter acesso a esta energia, novamente barata e acessível todos os consumidores.

Só para salientar estes dois aspetos (*slide 21*), este é um mapa onde conseguimos perceber, basicamente, os 1,1 GW que foram licenciados desde 2016 e os anos previstos para a entrada em produção destes projetos que estão licenciados e estarão em construção. Para além disso, à data em que saí da Direção-Geral, nós tínhamos registado cerca de 2,8 GW de pedidos de licenciamento, novamente para centrais fotovoltaicas.

Termino agradecendo a disponibilidade — julgo que só terei ultrapassado o tempo um bocadinho — e, acima de tudo, julgo que era importante que, de uma forma geral, também a Assembleia da República olhasse para o esforço que tem sido feito ao nível do Estado e ao nível das empresas nesta lógica de promovermos precisamente tudo isso, de promovermos a queda do preço da energia para o consumidor final, quer seja industrial, quer seja doméstico; o facto de termos energia e um serviço de qualidade que nos permita, acima de tudo, assumirmos, de forma sustentável, os desafios ao nível das alterações climáticas, que é algo que não conseguiremos resolver sozinhos, mas que temos claramente de contribuir para isso, por dois motivos: pelo motivo de termos, finalmente, a possibilidade de avançarmos e de diminuirmos a nossa dependência energética e, naturalmente, contribuirmos para o bem-estar do planeta.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Engenheiro. Agradeço-lhe a exposição inicial.

Na rotatividade desta Comissão, cabe hoje ao Bloco de Esquerda iniciar a inquirição. Darei a palavra ao Sr. Deputado Jorge Costa, pedindo ao Sr. Engenheiro para deixar o microfone ligado para que, de alguma forma, o diálogo vá fluindo ao longo do tempo do inquérito.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Presidente, gostaria de começar por cumprimentar o Eng.º Mário Guedes e agradecer-lhe a intervenção.

Começava pelo processo de revisibilidade final dos CMEC (custos de manutenção do equilíbrio contratual), em que participou enquanto Diretor-Geral de Energia, em articulação com a ERSE.

Gostaria de começar por perguntar-lhe que balanço faz da transferência dessa responsabilidade da EDP (Energias de Portugal) e da REN (Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.) para a ERSE (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos), por decisão do Parlamento, no âmbito do Orçamento do Estado para 2017? Como é que correu a colaboração entre a DGEG (Direção Geral de Energia e Geologia) e a ERSE nesse contexto?

O Sr. **Mário Ferreira Guedes**: — O que lhe posso dizer é que enquanto estive na Direção-Geral a colaboração com todas as entidades foi bastante boa. É óbvio que, por diversos momentos, houve algumas situações que podiam ter corrido melhor. No caso específico que me refere, a colaboração correu da forma absolutamente estrita como tinha de correr, que era o cumprimento daquilo que estava na Lei do Orçamento do Estado.

Não lhe consigo quantificar ou dar-lhe mais informação, para além de dizer que correu da forma que tinha de correr, porque não consigo conceber

que dois organismos do Estado, um regulador e, outro, da administração direta do Estado, conseguissem trabalhar de outra forma.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Como avalia essa passagem, do ponto de vista das garantias dos consumidores, neste processo?

O facto de ela ter estado legalmente prevista como uma atribuição da REN e da EDP, partes que, do ponto de vista da sua composição acionista, são diretamente interessadas neste mecanismo e na sua configuração, julga que era um modelo apropriado na ótica da defesa dos consumidores?

O Sr. **Mário Ferreira Guedes**: — Sr. Deputado, acho que para a pergunta que me coloca, a resposta é clara. Naturalmente, a REN, durante muito tempo, foi uma empresa não só pública, como também uma empresa de Estado. A partir do momento em que nós tivemos 100% — até era capaz de afirmar que deveria ter sido antes, quando tivemos a privatização da REN.

É óbvio que este tipo de mecanismos só pode estar na esfera do Estado, nunca poderão estar ao nível de empresas privadas, mesmo que nestes casos cumpram concessões e cumpram, de alguma forma, objetivos de Estado. Acho que acima de tudo esse é o tipo de decisões que têm de estar sempre na orla do Estado. Não tenho grandes dúvidas em relação a isso.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Qual é a sua visão quanto às incumbências da REN enquanto gestor global do sistema? Considera que é apropriado que elas estejam numa empresa privada?

O Sr. **Mário Ferreira Guedes**: — Do ponto de vista meramente académico e do ponto de vista da soberania nacional, acho que seria interessante que a REN ou quem tenha a concessão quer do transporte, quer da distribuição da energia elétrica, fosse uma empresa ao nível do Estado.

Agora, perante a situação que temos, isso é algo que, durante o período em que estive na Direção-Geral, não aconteceu. São empresas 100% privadas, por isso, não vejo, neste momento, capacidade de lhes dar uma resposta mais afirmativa do que esta. Para além de que, do ponto de vista estratégico — e quando falo de estratégico, falo de a longo prazo —, e é isso que temos em quase toda a Europa, são empresas que normalmente dependem diretamente do Estado.

Isso não significa que tanto a REN como a EDP Distribuição não cumpram as funções que lhes são atribuídas. Novamente, do ponto de vista estratégico do Estado, da soberania do Estado português, é essa a minha opinião, mas isso não acontece, por isso, parece-me difícil que consiga avaliar isto de outra forma.

Naquilo que nós fizemos tivemos sempre uma excelente colaboração quer com a EDP Distribuição, quer com a REN. E conseguimos sempre trabalhar de uma forma... Nem sempre correu bem, atenção! Nem sempre correu bem, porque é suposto não estarmos sempre de acordo, porque se estivéssemos sempre de acordo significaria que havia alguma coisa de errado. Mas, de uma forma geral, correram bem e conseguimos sempre ir ultrapassando os problemas.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Houve um trabalho que aqui foi referenciado na intervenção da atual Presidente da ERSE: um trabalho feito pela Direção-Geral, durante o seu tempo, que procurou esclarecer o que o parecer da Procuradoria definia como aspetos inovatórios, introduzidos após a legislação de 2004 e que teriam tido custos para os consumidores, custos esses que foram considerados nulos, quando decorrentes de decisões não legislativas e de decisões administrativas.

A questão é que no levantamento feito por parte da DGEG, o qual dispomos aqui na Comissão de Inquérito, são identificados 12 itens de

aspectos inovatórios. Não sei se hoje existem as condições para passar em revista esses aspectos, mas o que lhe pergunto é se todos foram contemplados na quantificação que, entretanto, foi feita sobre estes aspectos inovatórios ou se esse processo ainda não está concluído.

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Esse processo, por parte da Direção-Geral, está absolutamente concluído. Digamos que inicialmente foram levantados esses, salvo erro, 12 itens, ou 12 tópicos. Foram analisados e houve algumas dúvidas relativamente ao respetivo carácter inovatório e, no final, chegou-se a uma lista de quatro itens, que estão perfeitamente identificados, perfeitamente quantificados e qualificados, que são os outros quatro, e, designadamente, a questão do CO₂, que não foi considerado aspeto inovatório.

Gostaria só de acrescentar que a definição, a assunção de «aspeto inovatório» causou alguma dificuldade. O que o parecer da Procuradoria-Geral da República diz, e que nós consideramos «aspeto inovatório», não estava contemplado no Decreto-Lei. Tudo o que apareceu de novo e não estava previsto de uma forma legislativa é considerado novo, ou seja, é isso que é considerado inovatório, basicamente.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Portanto, da sua parte, considera que esse processo — tanto do levantamento desses aspectos inovatórios, que foi dirigido por si, como, posteriormente, da seleção desse universo que foi definido, aqueles que foram efetivamente apresentados como tal — foi bem conduzido e que essa seleção foi correta, considera que se revê nesse resultado?

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Absolutamente.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Em relação ao tópico que é mais vultuoso de interesses, que é a questão da verificação de disponibilidade, portanto, do levantamento do mecanismo de verificação de disponibilidade e dos impactos económicos que esse levantamento veio a ter e que estão quantificados por parte da ERSE — eles têm sido muito contestados aqui, certamente acompanhou algumas das nossas audições em diversas circunstâncias —, pedia-lhe que nos apresentasse o argumento que valida, digamos, os 285 milhões de euros ou a metodologia pela qual esse número foi apurado, na medida em que tem sido dito por vários intervenientes que seria impossível identificar verdadeiramente o montante deste valor, porque não havendo verificação de disponibilidade não pode saber-se qual era a disponibilidade real não verificada. Portanto, como é que se chegou a 285 milhões de euros?

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — O valor de 285 milhões de euros foi apurado pela ERSE. O despacho do Sr. Secretário de Estado incumbia a DGEG, em articulação com a ERSE, da identificação e da quantificação desses impactos.

Em relação ao valor de 285 milhões de euros, ele foi calculado pela ERSE. O trabalho que a Direção-Geral fez foi, precisamente, a identificação desse aspeto, que tem a ver com a não realização dos testes de disponibilidade.

Várias pessoas já estiveram aqui anteriormente, nomeadamente um dos meus antecessores na Direção-Geral, o Eng.º Pedro Cabral, foi absolutamente claro ao afirmar que a REN estava impedida, do ponto de vista legal, de realizar esses ditos testes. Gostaria só de salientar que o modelo e a legislação previam precisamente a utilização do modelo Valorágua, que está em posse da REN. Só poderia ser usado esse modelo.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Creio que a resposta que o Eng.º Pedro Cabral deu aqui a respeito de a REN ter capacidade ou não de fazer aquela verificação foi esclarecedora e definitiva, mas a minha pergunta era sobre outra coisa.

Muito bem. Sabemos que a REN não tinha condições de fazer aquela verificação, mas, então, em que base foram calculados os 285 milhões de euros? Já nos disse que foi a ERSE que fez essa conta, mas pergunto-lhe se tem alguma informação que nos possa ser útil desse ponto de vista.

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Tenho algumas dificuldades em responder pelos outros e não me parece muito seguro nem muito justo fazê-lo. Acho que essa pergunta pode ser facilmente colocada à ERSE, que responderá a isso facilmente. Parece que é simples.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sobre a questão dos serviços de sistema: tivemos aqui ontem a Presidente da Autoridade da Concorrência e, passando em revista este processo, segundo o relatório produzido pela Brattle Group, no âmbito da auditoria que foi promovida em tempo sobre abusos no mercado de serviços-sistema praticados pela EDP, entre 2010 e 2014 as centrais CMEC terão beneficiado de sobrecompensações entre 47 milhões de euros e 120 milhões de euros — números da Brattle Group.

Este relatório veio afixar o valor em 73 milhões de euros, entre 2012 e 2014, e os jornais noticiaram que a EDP já teria sido notificada pela DGEG para devolver esse montante de 73 milhões de euros.

Ontem foi-nos dada nota aqui, pela Autoridade da Concorrência, de que corre um processo, no âmbito da Autoridade da Concorrência, que tem apontado para 140 milhões de euros de sobrecompensação. Queria que nos esclarecesse sobre qual é o estado da arte de todo este processo: foi ou não

feita a notificação pela DGEG à EDP para este pagamento? O pagamento ocorreu ou não ocorreu? Se não ocorreu, por que foi? Em que mãos está isso?

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Este é um processo relativamente longo. Quando iniciei funções na DGEG este processo já estava a decorrer; aliás, o relatório da auditoria, inclusive, já tinha sido concluído.

No âmbito deste processo de auditoria foi criada uma comissão de acompanhamento que era constituída pela ERSE, pela Direção-Geral de Energia e Geologia e pela Autoridade da Concorrência, e eles acompanharam todo este processo, fazendo, inclusive, diversos *inputs*, colocando questões para que, de forma mais simples, se conseguissem esclarecer diversas situações que ali eram apontadas. E num dos aspetos e numa das tarefas, o que a Brattle Group fez foi definir três cenários: prémios de 0 €, 5 € e 10 € — salvo erro, acho que eram estes três valores.

O cenário que consideramos de inexistência de risco é precisamente aquele que nos dá o valor de 72 milhões de euros, porque consideramos que não havia qualquer risco, uma vez que é absolutamente regulado. A EDP foi ouvida, em audiência de interessados, relativamente a isto.

Esta é uma matéria que era suposto ter entrado na revisibilidade final, mas nós, Direção-Geral, na altura optámos por dividir o assunto para podermos resolver todos os assuntos, cada um a seu tempo e da forma mais célere possível. Por isso, na revisibilidade final dos CMEC esta situação foi assinalada. O processo ainda estava a decorrer e o que a Direção-Geral depois fez foi procurar ouvir diversas entidades. Começou logo, designadamente, pela AdC (Autoridade da Concorrência) e pela ERSE, mas essas faziam parte da comissão de acompanhamento e aí expressavam a sua opinião. A Direção-Geral também tentou ouvir a Brattle Group: a carta foi-nos devolvida. Ao mesmo tempo tentámos ouvir a REN, que, estranhamente,

nunca se pronunciou. Inicialmente respondeu-nos a dizer que não tinha conhecimento deste relatório de auditoria. Nós enviámo-lo, solicitando que se pronunciassem. Não se pronunciaram e tornámos a pedir-lhes que se pronunciassem relativamente a este relatório de auditoria e a REN não o fez.

Por isso, neste momento o processo está na Direção-Geral. Nestas coisas tenho de ter alguma reserva, porque não posso condicionar a decisão de quem tem o tema nas suas mãos. O que sou capaz de dizer é que à data em que saí da Direção-Geral muito em breve teríamos a decisão final relativamente a este processo. Ou seja, neste momento, este processo está na Direção-Geral. Ou melhor: à data em que saí da Direção-Geral estava lá.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Portanto, nunca houve, de facto, a notificação de cobrança à EDP.

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Foi ouvida em audiência de interessados e respondeu.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Decreto-Lei sobre equipamento: houve uma leva de autorizações dadas sobre equipamento, ainda antes do seu tempo. Creio que no seu tempo ainda foram dadas autorizações e que foi a partir de um despacho do Secretário de Estado que isso deixou de suceder, mas peço-lhe que depois me dê essa nota mais claramente.

A minha pergunta é, em primeiro lugar, a seguinte: como aprecia a tarifa de 60 € que foi fixada para a remuneração da potência sobre equipamento nas eólicas? Como aprecia agora as perspetivas de afixação dessa tarifa em 45 €? E uma pergunta mais concreta é esta: qual é a dimensão das adesões da potência em sobreequipamento ao regime do Decreto-Lei n.º 35/2013, ou seja, quanta potência em sobreequipamento é que fez o

pagamento retroativo das contribuições de modo a poder ter acesso à tarifa em 2020?

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Vou fazer um historial, porque colocou-me algumas questões que são um pouco mais complexas.

Enquanto estive na Direção-Geral não foi dada licença de produção a nenhum processo de sobreequipamento. Esse foi dos primeiros temas em que peguei. E fazendo a análise do Programa do Governo — que nesse âmbito é relativamente claro, ao promover o licenciamento de energias renováveis sem tarifa *feed-in* —, perante aquele conjunto de pedidos que, entretanto, me tinha chegado às mãos, com base na análise que fiz solicitei ao Sr. Secretário de Estado instruções. Tendo em conta o Programa do Governo e todo o esforço que estava a ser feito e que tem vindo a ser feito nos últimos anos ao nível da redução do impacto do sobrecusto das energias renováveis, achei no mínimo prudente que fosse feita uma análise aos impactos desta medida. Posteriormente, existiu um despacho e, posteriormente também, uma portaria, que designa que, inicialmente, tinha de ser ouvida a ERSE. E a ERSE deu uma opinião relativamente ao impacto ao nível da tarifa.

Ou seja, por exemplo, o licenciamento do sobreequipamento do parque *A*: em termos de tarifa, qual era o impacto que esse licenciamento iria ter? A ERSE foi-se pronunciando e foi quando, mais tarde, surgiu a portaria, que é clara e indica que desde que não haja impacto no sistema elétrico deve promover-se o licenciamento de sobreequipamento sem tarifa *feed-in*. Sabendo que existe uma tarifa *feed-in*, naturalmente que, de uma forma geral, vai ter sempre um impacto no sistema elétrico nacional.

Em relação à questão que colocou, sobre os valores, acho que esse é precisamente dos aspetos mais sensíveis e, de uma forma geral, a nossa política energética dos últimos anos tem achado que conseguimos adivinhar o preço da tarifa e o preço da energia daqui a 5, 10 ou 15 anos. Este foi o

erro que conseguimos ver quando são feitos os concursos da fase *A*, *B* e *C* das eólicas. Do ponto de vista da substância, a diferença não é muita. Refiro-me em termos de princípio. Naturalmente que em termos de valor será diferente, mas em termos de princípio é algo semelhante, é achar que a partir do momento em que sabemos qual o valor da energia daqui a 10 anos. E, neste caso, sobreequipamento é daqui a 18 anos, porque tem de haver o processo de licenciamento, tem de haver a construção, é um processo que demora, em média, dois, três anos, e a partir desse momento são mais 15 anos com uma tarifa garantida.

Vão-me perdoar, mas acho isto um risco. Mas essa é a minha opinião.

Em relação à questão que me colocou quanto aos outros valores, confesso-lhe que não tenho informação, não lhe consigo precisar quais eram, em termos de sobreequipamento, os que tinham aderido ao novo sistema. Mas isso é uma questão a que a Direção-Geral consegue responder facilmente.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Portanto, retive da sua resposta anterior que discorda de regimes de tarifa garantida, pelo menos do modelo de *feed-in tariff* que se tem aplicado, neste caso, ao sobreequipamento; que acha que neste ciclo, em que estamos neste momento, não se justifica a atribuição de tarifas *feed-in*.

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Afirmativo. É verdade, não concordo com o sistema.

De uma forma geral, defendo, acima de tudo, o mercado. Acho que a partir do momento em que as empresas estão no mercado, têm de trabalhar em mercado.

Acredito no mercado, acredito nas boas intenções das pessoas, acredito na capacidade de iniciativa dos privados e acho que o Estado existe,

precisamente, para regular e para colocar as orientações do ponto de vista macroeconómico ou do ponto de vista estratégico.

Há uma coisa em que não acredito, que é um princípio com o qual não concordo: não acho que o prejuízo se deva socializar e os lucros se devam privatizar. Vão-me perdoar. Este é o princípio com o qual não posso concordar.

Estamos perante um momento absolutamente extraordinário, do ponto de vista da energia. A transição energética é algo que está a acontecer e, novamente, como tinha referido no início da apresentação, é algo fundamental para o País. Portugal tem de agarrar este desafio.

Estão a acontecer coisas tão extraordinárias ao nível da energia elétrica. E há um exemplo que é absolutamente claro: há quatro anos, ninguém acreditava que seria possível produzir-se energia fotovoltaica em regime de mercado. Mas a verdade é que é isso que nós temos e, claramente, é esse o futuro.

E sobre este novo conceito recorde-me que, durante o ano de 2015 e sobretudo no ano de 2016, houve profundas críticas, relativamente a este modelo: o que era preciso era tarifa. Acho que vivemos num mundo completamente diferente. E o mundo vai mudar ainda mais, ao nível da energia, a partir do momento em que surgir o armazenamento, que não sei quando será. Mas ele vai surgir. E vai ser nos próximos 10 anos e vai alterar completamente, novamente, o paradigma, ao nível da energia elétrica.

A energia elétrica corre o risco de deixar de ser uma *utility* e passar a ser uma *commodity* a partir do momento em que pode ser armazenada.

Ou seja, nesta mudança, o princípio de precaução, que é um princípio muito europeu, usado para muitas outras coisas, acho que precisamente quando se está a falar na lógica de investimentos e de assumir encargos futuros para o sistema elétrico nacional, esse princípio tem de ser visto com a devida medida e tem de ser feito com as devidas salvaguardas. Temos,

atualmente, o preço da energia no *spot*, no MIBEL, na casa dos 58. Já esteve um valor acima, está ligeiramente a baixar, e tenho discutido com muitas entidades, sendo que todas elas apostam na descida da energia. Mas apostam na descida da energia daqui a cinco anos. Daqui a seis anos nenhum deles é capaz de afirmar qual é o valor da energia.

Eles são também capazes de afirmar uma outra coisa. É que, atualmente, os PPA (Power Purchase Agreement), os contratos de aquisição de energia, que estão a ser realizados, de uma forma geral, em Portugal e em Espanha — feitos por privados, os comercializadores —, andam na casa dos 40 €/MW. E os contratos são só a 10 anos, em que a empresa que adquire essa energia tem a plena consciência de que nos cinco primeiros anos vai ganhar dinheiro, mas nos segundos cinco anos não sabe o que é que vai fazer. Sabe que tem sempre uma grande fuga, do ponto de vista comercial — porque eles também comercializam energia —, de comercializar a energia noutra local e noutros formatos. Isto é algo que o sistema elétrico nacional não tem. A partir do momento em que a energia entra no sistema elétrico nacional, entra neste formato e, digamos, não é harmonizável, não há escapatória a este valor.

Novamente, e como disse, eu acredito no mercado, acho que o mercado deve funcionar, não vejo nenhum motivo, neste momento não há necessidade — e basta olhar para a manifestação de interesse que existe em Portugal. Foram aqueles números que referi: 1,2 GW licenciados; manifestação de interesse, 2,8 GW. Vamos a Espanha e os valores não são nada estes. Atualmente — informação obtida junto do Governo espanhol —, o valor de que se fala são 40 GW. Isto do ponto de vista de evolução do mercado da energia, vai ser uma absoluta revolução.

Se vamos alterar, não vamos passar, acho que corremos o risco de termos o meio-dia — que, atualmente, continua a ser a altura do dia em que temos o preço da energia mais baixo — como sendo a hora do dia em que o

preço da energia vai ser mais baixo. Esta coisa de tentarmos adivinhar o futuro...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Temos um outro assunto: a garantia de potência.

Foi também durante a sua presença na Direção-Geral, que o anterior regime — vindo do Governo PSD/CDS — foi substituído, e, aliás, elogiado daqui pelo antigo Secretário de Estado Artur Trindade e pelo Diretor-Geral Pedro Cabral, por um modelo de leilões que, por sua vez, ficou, desde quase logo, suspenso, porque foram levantadas objeções por parte da Comissão Europeia, o que levou à suspensão do modelo.

A minha pergunta é a seguinte: quais eram essas observações da Comissão Europeia, essas reservas da Comissão Europeia, que levaram à suspensão do modelo? E, em segundo lugar, pergunto se identifica alguma espécie de necessidade de manter este tipo de mecanismo, numa situação em que a REN, nas suas análises de segurança de abastecimento de curto prazo, diz que não há qualquer ameaça ao abastecimento na ausência da garantia de potência.

Sobre a garantia de potência, era isto: quais eram as reservas? E considera que, na ausência de risco de abastecimento, sem garantia de potência, se deve manter este subsídio de algum modo?

Na questão da interruptibilidade — é a minha última pergunta e eu não vou à segunda ronda —, até em face dos números que aqui apresentou sobre o custo da energia para os industriais, pergunto se não há aqui uma sobrecompensação à indústria, num serviço que, na realidade, nunca foi prestado e nunca foi necessário.

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Em relação à primeira questão que me coloca, sobre o sistema de garantia de potência, não lhe consigo responder.

Esse processo correu anterior a mim, por isso não consigo dar informação nenhuma em relação a isso.

Em relação ao segundo aspeto, à necessidade da existência da garantia de potência, acho que é claro. A REN é clara quando diz que não há necessidade de garantia de potência. Se olharmos para a potência instalada em Portugal e para a evolução que temos tido, acho que é claro que não existe necessidade da garantia de potência.

Isto não significa que não tenha de haver um mecanismo de salvaguarda. E esse mecanismo de salvaguarda é, precisamente, a interruptibilidade, porque é aquela que, primeiro, comparativamente, é menor, é aquela em que o custo é menor.

Quanto à questão que me coloca sobre se isto pode ser considerado um subsídio à indústria: trata-se de um mecanismo. E, neste momento, foi considerado que faria sentido existir esse mecanismo, mas gostava de lembrar que ele também só é pago se for realizado, que é um aspeto que é importante.

Se faz sentido? Nós temos alguns, vamos chamar-lhes «elefantes», que são os grandes consumidores de energia. E eles correm o risco, no seu planeamento de produção... Sei lá, vamos imaginar uma cimenteira, que é um grande consumidor de energia, corre o risco de, no planeamento da sua produção, ter de desligar o consumo de energia, por exemplo. Estou a falar-vos da cimenteira, mas pode ser outra indústria qualquer.

O que é que isto significa? Do ponto de vista do risco de produção, isto faz disparar completamente o risco de produção, mesmo que eles só tenham de desligar, imaginemos, uma hora, duas horas.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Só uma precisão sobre a pergunta: a minha questão é se precisamos deste universo tão largo de empresas abrangidas, contratadas por este serviço; se, com esses «elefantes» e mais uma ou duas, não poderíamos ter custos muito mais reduzidos e a mesma garantia, uma vez que o serviço nunca teve, sequer, de ser usado.

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Não lhe consigo responder a essa pergunta. Não tenho elementos para responder a essa pergunta. Mas admito a pertinência da questão. Contudo, isso é uma questão de se fazer a análise de quais são em relação ao universo, que não lhe consigo, neste momento, sequer, precisar.

Dir-lhe-ei que são, sobretudo, os grandes consumidores de energia, que têm um risco sempre associado.

Só mais uma coisa: este universo, naturalmente, tem de estar sempre ligado com o grau de risco.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria começar por cumprimentar o Eng.º Mário Ferreira Guedes, e fazer-lhe três perguntas, para não defraudar o trabalho que nos trouxe e a apresentação que nos fez. Ela é interessante, é verdadeira, mas não é nova. Já tivemos várias pessoas, aliás, vários quadros que confirmam isso mesmo e, portanto, aproveitava para lhe perguntar, até porque já falou sobre essa matéria, se acha que o sobrecusto que sempre tivemos com as renováveis, e que se reflete nos quadros que nos apresentou, de CIEG, é uma coisa má e, sendo má, qual é que seria a alternativa para que Portugal pudesse cumprir com — presumo que está de acordo — os princípios genéricos da descarbonização, das metas

de introdução de energias renováveis, até na aposta, no que existia, à data, de hídrica e eólica — e que originou, obviamente, um défice tarifário, que também ali explicou, e bem —, e gostava que me pudesse dizer, porque sei que não concorda com o modelo do *feed-in tariff*, ou do regime PRE, qual seria a alternativa. Pode dizer-nos?

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Acho que cada medida tem de ser analisada em função do tempo e do período em que é aplicado e quando digo que não concordo como sistema de *feed-in tariffs*, é agora. Isso não significa que, no passado, não fizesse sentido.

Aliás, faz sentido. E mesmo atualmente, para algumas tecnologias, naturalmente que faz sentido, designadamente com a biomassa, o biogás.

Há tecnologias que fazem sentido e que devemos promover e, para isso, existem as tarifas *feed-in*. Em relação ao momento atual, em relação à energia eólica e energia fotovoltaica, primeiro, não existe necessidade de tarifas *feed-in* e a demonstração disso tudo é o que se passa atualmente na Europa, designadamente em Espanha.

Às vezes temos dificuldade em comparar com os outros países da Europa, que têm características diferentes, relativamente aos padrões de consumo e, sobretudo, à questão das interligações. Tudo o que fizermos do ponto de vista do sistema energético nacional tem de estar alinhado com o que se faz em Espanha, porque nós, indubitavelmente, vivemos na mesma casa, que é o MIBEL (Mercado Ibérico de Eletricidade).

Em relação ao passado, ao que foi feito no passado, ser treinador de final do jogo parece sempre muito fácil; sermos treinadores à segunda-feira é muito fácil.

Há uma coisa que lhe garanto: na altura, à data, fazia todo o sentido o modelo que foi adotado, relativamente à tarifa *feed-in*. Provavelmente o que nós agora conseguimos ver, e a pergunta que, neste momento poderemos

fazer, é: por que motivo é que foram aqueles valores? Por que motivo é que a tarifa foi daquele valor? À data, em 2006, salvo erro, quando são preparados os concursos, por que motivo é que se escolheu essa base? E essa é que é a questão que pode ser interessante.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Tem alguma resposta para essa questão interessante?

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Não, não tenho.

O que posso, à partida, dizer — mas vou, meramente, especular — é que, basicamente, à data, em 2006, vivíamos uma altura em que as matérias-primas estavam todas com preços bastante elevados, designadamente o petróleo, e, na altura, quem preparou os valores achou que o petróleo se ia manter, iria passar os 100 dólares — passou, durante um período muito curto — e que iria, consecutivamente, sempre aumentar.

Se me perguntasse, à data, se achava que o preço do petróleo ia ser superior a 100 €, já sabia que não. Sabemos que o petróleo, aconteça o que acontecer, nunca há de passar dos 100 dólares o barril. Existe uma reserva enorme que só é explorada a partir dessa altura.

Tudo isto são especulações e é meramente opinativo. Mas é essa a questão, e presumo que os Srs. Deputados têm acesso a muito mais informação do que eu, ou seja, por que razão é que à data foi escolhida essa tarifa. Torno a dizer que foi fundamental, nesse momento, a aposta que foi feita ao nível das energias renováveis com tarifa *feed-in*. Acho que, neste momento, estamos a receber as coisas boas e as coisas más, mas é óbvio que só gostamos das boas.

A coisa má é claramente o défice tarifário ao preço da energia. A coisa boa é precisamente tudo o resto: é a nossa dependência energética que tem

vindo a baixar e o facto, naturalmente, de nos irmos preparando e de estarmos na linha da frente para a transição energética que está a ocorrer.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Agradeço-lhe a resposta. Estamos de acordo, mas acredito que há muita gente a tentar acertar no Euromilhões de sábado à segunda-feira.

Porventura o perfil ou as previsões de consumo também não estavam certas ou tinham, até, excesso de voluntarismo, mas há vários critérios que explicam isso.

Disse-me também que foi autor ou colaborador no novo licenciamento. Durante o seu mandato, foram licenciadas mais 31 novas centrais fotovoltaicas, no total de 1000 MW, e isso era em regime de mercado, portanto sem *feed-in tariffs*. Pergunto: quantas dessas estão a funcionar? Esse novo paradigma já estava mais de acordo com a sua opinião de que hoje as *feed-in tariffs* já não fazem sentido? Quantos gigawatts autorizou? Quantas centrais foram licenciadas? Quantas é que estão no terreno a funcionar? O que é que acha de o mesmo Governo, agora com novos protagonistas, vir dizer que, afinal, é preciso voltar, e tudo indica que voltaremos, às *feed-in tariffs*, porventura num modelo diferente? É um raspanete ou foi só uma diferente opinião?

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Gostava de dizer que este regime de licenciamento já vem de 2015, salvo erro.

Este modelo vem desde 2015 e ele existe porque, à data, quem o preparou e publicou já achava que faria sentido. *Grosso modo*, são as grandes centrais, porque há, depois, também as outras em regime de autoconsumo. E estes são os licenciamentos.

Em relação às datas, basicamente, o grosso começa em 2016. São 1,1173 MW licenciados. Foram todos licenciados. Os pedidos de

licenciamento entraram basicamente a partir de 2016 e o grosso deles, podemos ver no *slide* 21, é de 2017.

Ou seja, diz a legislação que tem um prazo para construção de dois anos, sendo prorrogável por mais um ano. Na prática, estamos a falar de três anos. Ao final desses três anos, se não estiverem em exploração, perdem a caução.

Destas aqui, à data, que conheça, estão duas centrais em exploração. Se virmos, temos as datas previstas em função do que seria expectável de quando é que iriam entrar. Novamente vou referir-me à data de novembro, sei que alguns têm prevista a entrada em produção neste primeiro semestre de várias centrais fotovoltaicas. Recordo-me, pelo menos, de duas.

Mas já nessa altura, enquanto estava na Direção-Geral foi requerido a todos os promotores, a todas as empresas que apresentassem um cronograma atualizado de todos os trabalhos e do estado de desenvolvimento do projeto. Ao mesmo tempo, foi requerido quer à EDP Distribuição, quer à REN que desse a indicação dos prazos previstos para efetuar essas mesmas ligações.

É importante saber isto, porque todas as ligações destas centrais são efetuadas, as grandes, via REN, as mais pequenas ou, de uma forma geral, todas as outras, via EDP Distribuição.

São facilmente identificáveis estas datas. Mais: salvo erro, há duas ou três semanas, saiu um artigo no *Jornal de Negócios*, que é muito interessante, onde a jornalista foi basicamente contactar algumas empresas ou as empresas todas, não sei, apontando que iriam entrar em funcionamento 20.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — 24!

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Pronto, ok.

Se me pergunta se não vão entrar em produção, digo novamente que acredito nas pessoas. Quando uma empresa privada investe a fazer um

projeto, e investe não só no projeto, mas em obter as respetivas licenças, quer seja a AInCA (Avaliação de Incidências Ambientais), quer sejam os estudos de impacto ambiental, quer a propriedade, o uso dos terrenos, e, ao mesmo tempo, na Direção-Geral deixa uma caução de 2% do valor do investimento, acredito que o irá cumprir.

Não tenho qualquer indicação de que alguma delas não vá fazer isso.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Considera então, uma vez que discorda do modelo das *feed-in tariffs*, um erro que o atual Ministro Matos Fernandes e o atual Secretário de Estado João Galamba vieram assumir que querem voltar a esse regime?

Considera, então, que não é verdade a notícia que também saiu esta semana dizendo que Portugal se atrasou na medalha boa que tinha que era a de estar na liderança da incorporação das energias renováveis no setor eletroprodutor?

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Há várias questões. Muito sinceramente não sei qual é o modelo. Ouça, há aqui uma questão que é importante: pelo facto de se fazer um leilão, não significa que haja tarifa *feed-in*.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Mas é o que há.

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Não lhe consigo responder a coisas que não sei, senão corro o risco de entrar em especulação.

Muito sinceramente não sei. Como não sei o que vai acontecer, não lhe consigo comentar isso.

Em relação à segunda situação, na minha apresentação fiz questão de mostrar que o ano de 2017, do ponto de vista hidrológico, foi absolutamente

extraordinário. Esta influência e esta queda que temos na incorporação de energia advém sobretudo da energia hídrica e da seca. Basta lembrar que foram anos em que se bateram todos os recordes.

Para substituir precisamente esta energia hídrica, as centrais a gás, sobretudo essas, e de carvão estiveram a funcionar, muitas delas, em pleno durante algum tempo.

É importante também rever...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Engenheiro...

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Deixe-me acabar. É importante também vermos que, ao nível da energia elétrica, da sua produção, este valor aumentou. Apesar deste caso excecional, este valor aumentou.

Vemos outra coisa. Andamos aqui a falar que temos de atingir a meta de 31%, mas quando falamos nesses 31% é em relação ao valor global, que inclui também os transportes.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sim, senhor.

Ainda bem que referiu esses anos difíceis de seca e a necessidade que temos das centrais, o que, depois, deita por terra as teses de que, afinal, não havia risco e estava tudo seguro e não precisávamos de ter garantias de potência.

Queria ainda ir a uma afirmação que fez sobre o parecer da PGR em relação aos tais 12 tópicos a que chamou inovatórios, porque não estavam no decreto-lei. A pergunta que se impõe é se são só novos e são ilegais ou novos e legais?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem de repetir o cometário anterior porque o Sr. Engenheiro se perdeu.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Era um comentário, não era uma pergunta. Era sobre a imprevisibilidade dos anos secos, húmidos e a necessidade de termos previsão para esse problema climatérico que nos obriga a ter, eventualmente, mais ou menos uso das centrais a carvão.

A pergunta em concreto é sobre o parecer da PGR e os tais 12 tópicos a que chamou inovatórios, dizendo que não estavam no decreto-lei. Fiquei sem saber se apesar de serem novos e de não estarem no decreto-lei têm alguma componente ilegal ou suspeita. Eles fazem sentido, independentemente de não estarem no decreto-lei? Queria a sua apreciação sobre isso.

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Em relação ao comentário, Portugal tem um sistema elétrico que tem uma qualidade ao nível, ou bastante acima, do que é a média europeia. Temos uma qualidade de serviço absolutamente extraordinária. Também pagamos por causa disso!

Mas é importante termos a consciência disso e percebermos que o facto de ter este nível de qualidade é um fator de competitividade. É importante termos noção disto. Mas a questão que podemos colocar é que há, muitas vezes, medidas, como se diz na expressão, «usar cinto e suspensórios». Acho que se pode usar cinto e suspensórios.

Muitas vezes o que temos de avaliar é se necessitamos de mais medidas. À partida, em engenharia sempre aprendemos que existe um coeficiente que é o 0,35. Normalmente usa-se esse, que é mais do que suficiente para as estruturas.

Aqui, provavelmente, na energia, não haverá necessidade de tanto, mas é preciso também compreender que, pelo facto de termos uma

incorporação de energias renováveis tão variáveis ou com uma variabilidade tão grande, naturalmente, isto afeta todo o sistema.

Há aqui outra questão que vem ter com a anterior que referi: não sabemos, não conseguimos adivinhar ou comentar quais são as linhas do futuro. Neste momento, no setor da energia, quem se atrever a dizer que, daqui a 10 anos a tarifa vai ser esta, o nosso *mix* energético vai ser este ou o que quer que seja, está a correr um gravíssimo risco de errar.

Em relação à segunda pergunta, não foram identificados 12. Na fase inicial do trabalho, foram identificados 12 que foram analisados, depois, mais detalhadamente e desses só quatro foram considerados como inovatórios.

Se me perguntam se tinha alguma ilegalidade, não me compete a mim analisar ilegalidades ou tecer esse tipo de comentários. O que tínhamos capacidade para fazer, e foi isso que nos foi indicado, foi saber se existiam, se estavam previstos anteriormente, ou seja, se eram inovatórios ou não. E isso foi feito.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Conhece, seguramente, porque o citou, o parecer da ERSE que identifica, pelo menos, estes quatro itens: 125 milhões para a taxa de juro, 285 milhões para os testes de disponibilidade, 90 milhões para o coeficiente de ajustamento do Valorágua e os 10 milhões de CO₂. Também queria que me esclarecesse sobre a disponibilidade, porque estamos numa circunstância em que ninguém acerta um valor.

Acabou por dizer: «Perguntem à ERSE onde é que foi buscar esses 285 milhões dos testes de disponibilidade». Anteontem, o presidente da REN dizia que aquilo não tinha como enganar são máquinas a falar com máquinas, era certinho, auditável a todo o tempo e, portanto, não era possível não chegar a esse valor.

Disse que só a REN podia fazer essa avaliação com algum rigor, uma vez que era a detentora do Valorágua, que é o elemento fundamental para essa equação. Não lhe vou perguntar se é legal ou razoável, mas pode ajudar-nos e ser um contributo fundamental para a nossa Comissão de Inquérito se nos disser se era possível ou não, sem fazer os testes de disponibilidade, chegar a este valor. Ou isto é uma projeção? Foi discutido em algum momento? Isto tem alguma razoabilidade? Tem alguma ponta por onde se lhe pegue ou é um mero *wishfull thinking* da ERSE que tinha uma encomenda para identificar uns valorzitos ou uns modelitos, como a própria ERSE lhes chama?

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — A ERSE é uma instituição séria, respeitável, que é o Estado português. Não faz sentido estar a comentar formatos de cálculos quando foi a ERSE que o fez. Essa questão tem de ser colocada à ERSE. Muito sinceramente, acho que a ERSE tem toda a independência e toda a capacidade técnica nos seus quadros para calcular o valor. Não coloco minimamente isso em causa.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — O Sr. Engenheiro traz-nos um *PowerPoint*, é entendido na matéria, está nisto há muito tempo.

Concorda ou acha, pelo menos, plausível que este valor esteja correto?

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Naturalmente que acho plausível que o valor está correto. Por isso é que a Direção-Geral o propôs.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Então, não foi a ERSE que encontrou. Foi a Direção-Geral.

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — O despacho dizia o seguinte: «Incumbe à DGEG, em articulação com a ERSE» fazer o trabalho. O despacho é muito claro ao dizer: «à DGE, em articulação com a ERSE». E este trabalho foi feito da forma como tinha de ser feito. Foram identificados os aspetos inovatórios e foi calculado o valor. É óbvio que é a ERSE que tem de calcular o valor. A Direção-Geral não tem capacidade técnica para calcular este valor. Só a ERSE é que a tem.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Mas a Direção-Geral propôs.

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Discutindo com a ERSE, naturalmente.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Com que critérios, se a Valorágua diz que só a REN o poderia calcular?

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Novamente, essa questão tem de colocar à ERSE.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Falou, há bocado, na gestão de sistemas e na tal Comissão de Acompanhamento, na ERSE, na Autoridade da Concorrência, na DGEG e disse que nem a REN nem a empresa Brattle responderam.

Se não tem acesso a toda a informação, como é possível conseguir chegar a valores? Como considera se quem faz os estudos onde se baseia muito do que depois nos chega aqui, não responde? Não sei se a documentação já está na Comissão de Inquérito, mas somos forçados a solicitá-la. Houve, pelo menos, alguma explicação? Em relação a um, não há, pelos vistos, nenhuma resposta; no caso da REN, qual foi a resposta?

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Torno a frisar que, na altura, quando assumi o cargo de diretor-geral, todo o processo de auditoria já estava concluído.

Na altura, o Sr. Secretário de Estado Artur Trindade criou uma comissão de acompanhamento, que era constituída pela AdC, pela ERSE e pela DGEG, fizeram o acompanhamento deste processo e foram colocados vários cenários relativamente ao risco. Perante o relatório final da Comissão de Acompanhamento, a Direção-Geral ouviu, em audiência de interessados, a EDP. Obtida a resposta da EDP, tentou obter junto de outras entidades alguns esclarecimentos adicionais, os quais não ocorreram.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Disponho de pouco tempo, ainda assim, mais por curiosidade da minha parte, gostaria de fazer algumas perguntas.

Quando é que soube que ia ser designado Diretor-Geral de Energia e Geologia? Foi o senhor ou teve alguma intervenção na nomeação da Ana Avelar Dias para o cargo de subdiretora da DGEG? Acha normal que dois membros do Gabinete do Secretário de Estado da Energia sejam nomeados para a DGEG?

Já falámos aqui em portas giratórias e ainda não tínhamos esta nova versão de portas giratórias internas.

Para terminar este leque de perguntas, gostaria ainda de lhe perguntar o que acha do facto de o senhor ter sido demitido pelo atual Secretário de Estado João Galamba e se atribui aí uma causa direta.

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Vamos começar pela última questão, que é capaz de ser mais simples.

Não tenho opinião, não sou capaz de dar opinião.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Ficou tão surpreendido quanto eu?

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Ouça, não consigo dar-lhe uma resposta.

Mais: mesmo que quisesse, acho que a resposta tem de ser dada pela pessoa responsável pelos atos.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Está na secção dos próximos episódios!

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Em relação às três outras questões, deixe-me dizer o seguinte: conheci o Dr. Jorge Segura Sanches no dia 15 ou 16 de dezembro de 2015. Sei que foi numa sexta-feira. Foi precisamente nessa data que ele me convidou para integrar o Gabinete.

O que eu queria frisar é que eu não conhecia o Dr. Seguro Sanches antes desta data, não tinha uma relação de amizade. Espero que agora haja não uma relação de amizade mas, pelo menos, alguma relação de proximidade e, acima de tudo, há uma relação de respeito e de admiração pelo trabalho por ele realizado.

Em relação à questão da nomeação, confesso, não consigo precisar a data em que fui convidado. Sei que assumi — e isso posso dizer — funções na Direção-Geral no dia 10 de abril de 2017. Terei sido convidado, confesso, alguns dias antes, não consigo precisar a data, muito sinceramente.

Em relação à Dr.^a Ana Lúcia Dias como subdiretora-geral, a responsabilidade do convite ou da nomeação é do Sr. Secretário de Estado. Eu não tive nenhuma interferência porque não tenho de ter, porque não é suposto ter, mas, se me perguntar, direi que foi de longe dos melhores

quadros que a Direção-Geral, mas que, infelizmente — e esta é a parte que gostava de salientar —, só foi subdiretora-geral durante aquele espaço de dois meses. Estou convencido de que ela teria sido, se tivesse continuado ou se tivesse entrado mais cedo, um elemento extraordinário para a Direção-Geral, sobretudo pela sua competência, pela sua dedicação e pelo conhecimento profundo quer do ponto de vista técnico, quer do ponto de vista, em muitos aspetos, de *nuances* do sistema elétrico nacional. Não tenho grandes questões em relação a isso. Na altura em que foi nomeada para a Direção-Geral, acho que foi mesmo — eu costumava dizer isto — uma aquisição de um grande ativo.

Em relação à outra questão, todos nós, na vida, temos passado. Temos passado e havemos de ter futuro, se tudo correr bem.

Em relação ao que as pessoas fizeram no passado, desde que não tenhamos nada que nos envergonhe e, acima de tudo, do ponto de vista ético — já não falo do ponto de vista legal porque esse, para mim, está num outro patamar — e do ponto de vista moral, acho que é precisamente esse o caminho. Não tenho qualquer questão. Acima de tudo, acho que temos de perceber que todos temos passado e futuro.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Uma vez que há opiniões contraditórias e porque acho que a sua ajuda pode ser importante, gostava de saber a sua opinião sobre o Decreto-Lei n.º 35/2013, relativo à prorrogação das licenças eólicas. Temos um valor que foi adiantado, nomeadamente, pelo Eng.º Mira Amaral de que isto poderia ter um impacto em custos acrescidos à volta de 950 milhões. O Dr. Artur Trindade diz que não.

Aproveitando o facto de não ser um grande fã das tarifas *feed-in*, queria que nos dissesse se esta prorrogação, também à luz da data, lhe faz algum sentido ou se, eventualmente, o processo devia ter sido feito de forma diferente.

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Novamente, correndo o risco de ser «treinador» depois do jogo, que é uma coisa muito desagradável para o «treinador» à data, e não discutindo a bondade ou o interesse da medida ou, mesmo, da tarifa, há uma coisa que, à partida, posso dizer: é uma medida que, acima de tudo, vai prolongar este sistema que temos... Nem é só pela questão da tarifa *feed-in*, é pelo facto de termos necessidade de ter produtores de carácter mais pequeno, ou seja, com outro formato, a trabalhar no mercado de forma a podermos ter um mercado muito mais liberalizado e que possa funcionar de forma igual àquela que, atualmente, existe, por exemplo, em Espanha. Ou seja, existirem vários produtores de dimensão mais pequena que se possam organizar entre eles para criar um verdadeiro mercado e fazer contratos de aquisição de energia a médio prazo e não estarmos dependentes da disponibilidade do MIBEL para estes pequenos produtores.

Há aqui uma questão importante do ponto de vista do mercado. Um pequeno produtor que produza, por exemplo, 5 MW, mas pode ser mais, por si só, tem muitas dificuldades em vender a sua energia. No entanto, se existirem muitos a produzirem 5 MW, eles, certamente, vão organizar-se e vão fazer contratos de aquisição de energia com os comercializadores, com *brokers*, com quem quer que seja. Acho que o facto de termos prolongado este sistema, do ponto de vista estratégico, é a principal observação, porque era fundamental acrescentar a estas centrais fotovoltaicas que estão licenciadas e que vão entrar em produção estas outras para termos um verdadeiro mercado mais liberalizado e mais flexível.

Relativamente ao impacto da tarifa, à data, foi esse o valor que foi definido. Não me compete — e acho que seria, no mínimo, de mau tom — novamente portar-me como «treinador» depois do jogo. Mas, acima de tudo, independentemente dos impactos financeiros, acho que esta questão é, em termos estratégicos, fundamental.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hélder Amaral, apesar de ter esgotado o tempo de que dispunha, uma vez que ainda pretende levantar mais uma ou duas questões, colocá-las-ia agora e assim ficaríamos dispensados da segunda ronda. É isso?

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — É.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem, então, a palavra para prosseguir.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Tenho só uma questão, que é recorrente, que tem a ver com a central de Sines e com as opiniões aqui trazidas pelo Dr. Miguel Barreto, ex-DGEG, que dizia que a extensão da central tinha uma licença de produção desde a sua entrada na exploração em 1985; que não foi o diretor-geral que deu seja o que for à EDP nem que decidiu dar licença sem prazos; depois remete para o Decreto-Lei n.º 240/2004, que prevê, no artigo 14.º, a atribuição de uma licença não vinculada, logo, sem prazo. Já tivemos aqui chefes de gabinete a dizer que esse processo não foi legal.

Aproveitando ter aqui um ex-DGEG, pergunto se acha que estas opiniões, que seguramente ouviu e leu, do Dr. Miguel Barreto fazem algum sentido ou se ele não está totalmente coberto de razão.

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Vai desculpar-me, mas acho que não faz sentido estar a pronunciar-me sobre situações que não conheço em detalhe e ocorridos bastantes anos antes da minha presença na Direção-Geral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Mas conhece a extensão da central de Sines, conhece a legislação.

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Conheço a legislação atual e consigo adivinhar parte da legislação, à data.

Acho que não faz sentido estar a comentar coisas em que, provavelmente, não tenho toda a informação.

O Sr. **Presidente**: — Passamos ao Grupo Parlamentar do PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar o Sr. Engenheiro e agradecer a ajuda que está a dar à Comissão de Inquérito e os elementos que está a partilhar connosco.

Nestas audições, se já teve ocasião de ver alguma, é frequente a situação em que há perguntas que todos nós trazemos mais ou menos consideradas.

Já um pouco mais a meio da reunião, julgo, propunha-lhe que pudéssemos, de certa forma, recapitular e sistematizar algumas informações e estabelecer um pouco o testemunho e a avaliação deste percurso que desenvolveu na apresentação inicial.

Sugeria, então, que, colocando questões que já foram aqui abordadas, pudesse sistematizar e sintetizar um pouco o estado da arte em relação a esta matéria que tem aqui tratado.

Pareceu-me ouvir, numa das suas respostas anteriores, ainda há pouco, relativamente à cessação de funções do atual Secretário de Estado, que não sabe responder à questão de qual será a motivação, ou seja, não tem uma leitura possível para a razão que o tenha levado a esta decisão. Queria apenas confirmar se percebi bem.

Também já referiu em que termos foi feito o convite, naquela sexta-feira de 2015, pelo Secretário de Estado Jorge Seguro Sanches. Gostava de pedir-lhe um balanço ou uma avaliação do que se recorda do seu início de funções, isto é, a casa que encontrou enquanto Diretor-Geral, os processos que tinha, não da transição energética, mas da transição de direção relativamente aos processos que lá estavam, os projetos de eficiência energética, etc. Pode fazer-nos uma síntese sobre este contexto?

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Deixe-me dizer-lhe que a Direção-Geral de um órgão da Administração Pública direta é constituída por um conjunto de pessoas, de técnicos, de seres humanos absolutamente extraordinários, com uma capacidade de dedicação à causa pública absolutamente única, mas, tal como toda a Administração Pública, atualmente, vive de muitos constrangimentos. Diria que não é do ponto de vista humano, pois isso é absolutamente claro e bastará referenciar que a Direção-Geral não consegue completar os seus quadros e que, atualmente, salvo erro, ainda mantém cerca de 20 a 30 lugares livres.

Mas mais do que o número de pessoas, do ponto de vista dos recursos humanos, a grande carência da Direção-Geral tem que ver com dois aspetos. Há setores onde, claramente, faltam técnicos e um deles é, sem dúvida, a nível de engenheiros eletrotécnicos, mas deles o País já carece, por isso mais facilmente na Administração Pública isto acontece. Na outra componente, o mesmo se passa a nível de geólogos.

Do ponto de vista dos recursos humanos, qual é a grande preocupação da Direção-Geral? Uma grande vantagem que temos agora é o facto de a Direção-Geral ter uma média etária bastante elevada. O que é que isto significa? Significa que são pessoas muito competentes, com um grande historial, um grande *know-how*, que já viram muitas coisas a acontecerem no setor. Qual é imediatamente o óbice disto? É o facto de a Direção-Geral ir

ter um gravíssimo problema daqui a cinco ou seis anos, quando este grosso de pessoas inevitavelmente se aposentar. Quando assumi o cargo de Diretor-Geral tinha à data 44 anos. A parte, para mim, mais surpreendente, com 44 anos, foi pertencer à gama mais nova, em termos de faixa etária, da Direção-Geral, ou seja, isto é preocupante. Atualmente, é excelente, mas daqui a cinco anos vamos ter um problema muito sério, muito sério.

A nível da organização da Direção-Geral, admiro muito o trabalho que o Eng.º Pedro Cabral e o Eng.º Carlos Almeida fizeram anteriormente. Primeiro, o Eng.º Pedro Cabral teve alguns desafios do ponto de vista da organização, que foi a fusão com todo o processo das DRE (direções regionais de economia) e, depois, todos os outros processos daí resultantes de uma organização que vive absolutamente sem meios, isto é, tem meios humanos, mas meios funcionais e técnicos não. A Direção-Geral não tem automóveis, não tem um sistema informático, ou melhor, tem um, mas por vezes desejava que não existisse, porque o papel é muito melhor do que aquilo. Mas tudo isto consegue só consegue ser ultrapassado com a dedicação das pessoas.

Claramente, uma das coisas, da minha parte, das quais tenho, não ressentimento, mas alguma pena de não ter ocorrido, que foi precisamente ter sido feita a segunda fase da verdadeira mudança que a Direção-Geral necessitava de fazer a nível da sua orgânica interna, porque é uma estrutura, em alguns aspetos, muito cristalizada. A mudança que houve a nível da privatização da REN e da EDP alterou muitas coisas no sistema energético e elétrico nacional, a relação com a REN teve de ser, necessariamente, diferente e com a EDP Distribuição — quando falo da EDP tenho tendência a falar sempre da EDP Distribuição — tem de ser necessariamente diferente.

Temos um sem número de desafios, do ponto de vista da Direção-Geral, que têm de ser feitos e que são mesmo muito urgentes. Havia imensos problemas e continua a haver imensos problemas, mas acho que aqui a

questão fundamental e os desafios que temos são, acima de tudo, meia dúzia de situações nas quais é preciso pegar para ter uma visão nova, que o Eng.º Pedro Cabral e o Eng.º Carlos Almeida trouxeram. Sempre senti que faltava a necessidade de darmos o passo a seguir, em termos de organização e, depois, em termos de meios, pois é inconcebível muitas das coisas que se passam na Direção-Geral.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Então, sabia de tudo?!

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — A esse nível! A esse nível!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Pensei que estava a referir-se a outra coisa diferente dessa.

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Peço desculpa, estava a referir-me ao facto de ser inconcebível, do ponto de vista do esforço humano, o que as pessoas têm de fazer. Há coisas que são mesmo fáceis de se fazer e escusamos de tentar fazê-las mais depressa.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Percebi a sua explicação relativamente à questão da estrutura e da casa nesse sentido.

Quanto aos processos que transitavam do seu antecessor — aprovação, avanço de projetos — houve ou não uma experiência difícil no sentido de desbloquear algumas coisas à chegada?

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Naturalmente houve. Quando entra um diretor-geral, o pensamento muda. Tem de mudar e é por isso que se faz, para que apareçam pessoas com um pensamento diferente.

Costumo dizer que a Direção-Geral da Energia e Geologia não é uma Direção-Geral, são quatro direções-gerais, porque aborda quatro temas completamente independentes e, do ponto de vista técnico, absolutamente distintos, designadamente a parte dos combustíveis, a parte da energia elétrica. Mesmo a nível da parte da geologia, temos a parte da atividade mineira, mas também temos as águas minerais, ou seja, tecnicamente são direções-gerais.

Houve um esforço em algumas áreas de se reverem algumas coisas e prepararem outras que corriam o risco de vir a correr mal, designadamente a parte do licenciamento dos centros electroprodutores, onde houve a necessidade de fazer um esforço e os técnicos da Direção-Geral perceberam a necessidade de esforço adicional que foi feito ali. Houve também, na área da eficiência energética, de se fazerem reajustes, nomeadamente em algumas partes que não estavam claramente a correr bem.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Já agora — e desculpe a interrupção — o que é que não estava a correr bem? Não percebi.

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — A nível da parte relacionada com a eficiência energética, havia coisas que estavam muito atrasadas, designadamente a análise das candidaturas das candidaturas dos PO (programas operacionais) regionais, dos fundos comunitários, da estratégia nacional e de uma série de outros documentos estruturais relacionados com a política de eficiência energética.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Coloco, então, aquelas questões que permitem sintetizar um pouco e estruturar a sua avaliação relativamente às rendas excessivas, ao conceito, à sua localização e à sua correspondência.

Na sua apresentação inicial, já dava algumas pistas em relação ao custo da PRE e a outras matérias, mas pedia-lhe que sistematizasse de alguma forma esses tópicos. Existem? Qual a sua avaliação? Qual a dimensão do problema? Onde estão localizadas? Que avaliação faz do, chamemos-lhe, «corte» feito pelo Governo anterior, antes desta fase?

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Eu sou engenheiro de minas e estamos habituados a trabalhar no conceito dos encargos de exploração, dito «*royalty*».

Esta é uma discussão que correu muito em 2010 e que estava a ser feita do ponto de vista mundial, quando as matérias-primas atingiram um pico. Vou dar o exemplo do cobre e pensar que, em 2002, *grosso modo*, estavam a 1800 dólares a tonelada. Havia minas a trabalhar e a produzir, provavelmente sem terem um grande lucro, mas estavam a trabalhar. Chegamos a 2010, ao início de 2011 e o cobre atingiu o valor de 7000 dólares a tonelada. O que significa isto? Significa que estas empresas tiveram lucros absolutamente brutais e que deram origem a algo, que foi sempre muito discutido, chamado «*windfall profit*», o que significa, numa tradução não imediata do inglês, que são lucros surpreendentes ou trazidos pelo vento. São lucros surpreendentes e houve uma grande discussão relativamente a isto, designadamente quanto à forma como era feita a tributação a nível dos encargos de exploração, a nível dos *royalties*. Houve muitas discussões pelo mundo inteiro à volta disto.

Diria que, neste setor da energia, tivemos algo semelhante, mas ao contrário, ou seja, não foi pela receita foi pelo custo. A parte absolutamente surpreendente — novamente, agora é fácil analisar este tipo de coisas — foi, quando definimos a tarifa de 98 €/MW, o que aconteceu foi que as empresas tiveram essa receita, justamente. A questão é que o custo de operação deles é muito inferior. Por exemplo, o seu LCOE (*levelized cost of energy*) é muito

inferior e já não vou falar do OPEX (*operational expenditure*). O que significa isto? Há um estudo da Ernst & Young que, à data, foi pedido e que foi distribuído à Direção-Geral, onde se diz claramente que os valores de LCOE, ou seja, a remuneração justa para diversos tipos de tecnologia renováveis, entre esse período — presumo que seja entre 2004 e 2010, acho que é este período que está no estudo —, está francamente acima no que se refere à cogeração e à energia eólica. De onde veio a surpresa? Veio precisamente do custo operatório e dos custos de investimento, ou seja, as empresas tiveram esse lucro à data não expectável.

À questão que me coloca relativamente à existência ou não de rendas excessivas, para isso gosto sempre de olhar para duas coisas: para o preço da energia e para o valor da dívida tarifária. Se temos estes dois valores tão elevados, que influenciam de uma forma tão substancial a competitividade e a qualidade de vida dos portugueses, claramente alguém está a ficar com parte dos lucros. Se olharmos para os relatórios de atividades e contas de algumas empresas, as que são públicas e cotadas, vamos ver, provavelmente, onde estão esses valores.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — E que avaliação faz das intervenções e das medidas anteriormente levadas a cabo?

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Acho que todas as pessoas procuraram sempre fazer o seu melhor. Dos contactos que tive com os três últimos secretários de estado, não tenho grandes motivos a apontar, porque, do ponto de vista do esforço e da dedicação de todos eles, acho que não colocam dúvidas em relação a nada disto.

Mas preferia fazer essa análise em função dos números e fazer a análise em relação precisamente a esta evolução.

Se me quer perguntar qual é a melhor forma de se analisar isto, tendo em conta que as tarifas se têm mantido historicamente relativamente estáveis, com uma ligeira descida nos últimos dois anos, é olhar para a dívida tarifária. Acho que pode ser uma metodologia para se analisar, sabendo que as ações não são imediatas.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Desculpe interromper, Sr. Engenheiro. Está a referir-se às tarifas do mercado grossista?

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Não, estava a falar da tarifa regulada e das tarifas de acesso.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Fundamentalmente está a referir-se, portanto, às opções de política energética e não aos resultados do que tenha a ver com a tentativa de cortar em função das ações concretas no que diz respeito às componentes e aos fatores que conduzem à existência, ou não, de rendas excessivas. Não sei se me estou a fazer entender.

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Sim. Acho que é um indicador. Sendo um indicador não será, certamente, completamente exaustivo, mas acho que podemos olhar, por exemplo, para estes dois.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — É a sua resposta, com certeza, e está dada, por isso não vou entrar em controvérsia consigo por causa disso.

Pedia-lhe que sistematizasse ou recapitulasse qual o trabalho efetuado pela Direção-Geral, sob a sua direção, na resposta ou no corte de rendas excessivas em relação, ponto um, aos CMEC, ponto dois, na dupla subsídio das eólicas, no sobreequipamento e na mudança de tecnologia, na garantia de potência e na interruptibilidade.

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Vou-lhe dizer que a Direção-Geral cumpre a lei. É esse o objeto da Administração Pública direta do Estado: cumprir a lei. Não consigo conceber outra coisa que não isto.

Pegando nestes casos todos e dando primeiro uma resposta do ponto de vista geral, o caminho foi sempre precisamente o de cumprir a lei, a legislação e, nas situações em que existiam orientações diretas, foi cumprilas. Acho que não houve qualquer questão em relação a isto.

Se me perguntar se a Direção-Geral podia fazer mais ou menos, acho que provavelmente não. Podia fazer mais depressa ou mais devagar. O que lhe posso dizer é que, da minha parte e das pessoas da Direção-Geral, se tentou sempre fazer o máximo possível.

O que lhe quero tentar demonstrar é que a Direção-Geral não tem capacidade ou não tem o poder de ser discricionária naquilo que tem de fazer. Tem de cumprir o seu papel, ponto final!

Não consigo conceber outra coisa. A única coisa que me pode dizer é que pode ter sido mais devagar ou mais depressa. Pelo meu feitio e pela minha forma de ser, vou dizer-lhe que quanto mais depressa, melhor. Provavelmente houve situações em que não se conseguiu fazer mais depressa e tenho pena.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Está a pensar em algum exemplo, já agora?

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Deixe-me acabar.

O único aspeto que saiu fora disto, e assumo a responsabilidade dele, foi, na questão do sobreequipamento, quando existia um regime legal e a Direção-Geral, neste caso, fui mesmo que solicitei indicações e instruções ao Governo. Isto porque aquilo me suscitou dúvidas em relação ao impacto

que pudesse ter no sistema elétrico nacional e, depois, de alguma forma, poderia ir contra muitos dos princípios que eram anunciados, designadamente ao nível do Programa do Governo. A questão foi só essa.

Em relação aos outros aspetos, vou-lhe dizer que foi cumprir a lei. Foi cumprir o que tínhamos de fazer, o nosso trabalho. Ao nível dos CMEC e do que podíamos ter feito, fomos fazendo, designadamente no caso da dupla subsidiação. Este foi um processo que se iniciou anteriormente com o Eng.º Carlos Almeida.

Na Direção-Geral, naturalmente, gostávamos que o processo fosse muito mais depressa. Mas havia aqui uma componente que era o levantamento de todos os subsídios dados às energias, à construção de centros eletroprodutores, nos últimos 15, 20 anos, mas esse levantamento não está dependente da Direção-Geral.

A Direção-Geral teve de andar a reunir estes elementos consecutivamente, às vezes com dezenas de insistências para se tentar obter esses valores, nomeadamente porque, muitos deles, são programas comunitários que já tinham sido terminado. E isto foi claramente uma coisa que demorou muito tempo.

O nosso interesse era que tivesse sido mais depressa, mas, infelizmente, não o conseguimos fazer. Enviámos uma informação ao Sr. Secretário de Estado relativamente a este processo e o Sr. Secretário de Estado, por sua iniciativa e sem me comunicar, pediu uma auditoria em relação ao valor base que a Direção-Geral lá tinha colocado ao Ministério das Finanças.

É aí que, depois, surge aquele relatório da IGF, onde se faz esse apuramento. Felizmente isso feito, porque realmente eles identificaram erros que nós não tínhamos identificado, ou melhor, foram identificadas avaliações incorretas por parte da Direção-Geral, o que nos permite dizer que

o valor apurado pelo IGF é o correto, quando o da Direção-Geral tinha um erro ou alguns erros.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Ou seja, pecava por defeito e esse erro acabou por ser identificado!

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — No caso, a Direção-Geral pecava por excesso, em que apontava um valor na casa dos 320 milhões de euros.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — 320?

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — 320! E tinha ali, claramente, um erro ao nível, presumo eu, dos valores dos reembolsos. Tinha havido algumas situações e alguns projetos em que tinha havido reembolso de verbas. *Grosso modo*, pelo que me recordo, foi isto.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — E era a questão de contabilizar ou não esse reembolso para apurar o valor final.

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Sim, exatamente.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — No despacho já aqui referido de 26 de agosto de 2016, o Secretário de Estado determinou o envio do relatório da Brattle e do parecer da Comissão de Acompanhamento e Auditoria para a Direção-Geral para cumprimento das suas atribuições e competências. Pedia-lhe que recapitulasse e sistematizasse as medidas tomadas pela Direção-Geral nessa sequência.

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — A Direção-Geral, primeiro, o que fez foi reunir novamente com a Comissão de Acompanhamento que estava na base de todo este processo. Eles é que estiveram sempre ligados a ele.

Fizemos uma primeira reunião para recapitular, porque, no meu caso, à data, não estava, ou seja, anteriormente não tinha acompanhado o processo.

Seguidamente, perante estas conclusões e a tomada de posição da Comissão de Acompanhamento, a Direção-Geral pediu para ouvir... Corro o risco de falhar cronologicamente alguns aspetos. Pode ter sido antes, pode ter sido depois, mas pediu, claramente, opinião à REN e à Brattle.

A REN respondeu a dizer que não conhecia o relatório. Isto quando o relatório até era público, acho. Nós respondemos e enviámos o relatório e não obtivemos novamente resposta. Enviámos, posteriormente, pela terceira vez, um pedido para se pronunciarem.

No intermédio destes dois passos, salvo erro, a Direção-Geral, em função da posição e da análise, novamente, do relatório da Brattle, ouviu, em audiência de interessados, a EDP e a EDP respondeu.

É, salvo erro, neste momento que tornamos a contactar a REN pela terceira vez. Perante este documento, fizemo-lo partilhar, salvo erro, pela Comissão de Acompanhamento e o processo basicamente ficou nesta parte.

Faltou-me só referir que contactámos inicialmente por *e-mail* a Brattle que respondeu de uma forma evasiva. Seguidamente, oficializámos o contacto por carta que, passados dois meses, ou algo do género, foi devolvida por inexistência da entidade à data.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — A Direção-Geral de Energia e Geologia contactou a Brattle, mas a carta veio devolvida, porque não havia ninguém com esse nome no sítio? É isso?

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Na morada, sim. Naquela morada não havia ninguém com aquela designação.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — E assim ficou, que o senhor saiba?

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Não, não ficou.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Faltava contar essa parte, então.

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Não, não ficou. Srs. Deputados, ia pedir alguma reserva nalgumas coisas, porque há coisas que posso dizer que, de alguma forma, podem influenciar a decisão ou os passos futuros e é algo que não quero fazer. Não me parece, no mínimo, ético, correto e na defesa do Estado português tomar esse tipo de iniciativas.

Da análise que fizemos da pronúncia da EDP, havia algumas questões, aliás, havia muitas que eles colocavam e algumas nós considerámos mais sensíveis. Fomos sempre analisando isto.

Posso dizer-lhe que, nesse momento, havia apenas uma questão que nos suscitava algumas dúvidas para fazer uma tomada de posição final. Era uma.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O Sr. Engenheiro, por mais do que uma vez, solicitado a comentar, em jeito de balanço, a atuação de tal ou tal Governo ou governante, manifestou sempre a perspetiva de que tem a noção de que as pessoas estavam a fazer o melhor que podiam.

Por isso, não sei se lhe faça a pergunta se tem a ideia de que o Secretário de Estado, Jorge Seguro Sanches, estava a fazer um bom trabalho, se estava a avançar, ou não, no âmbito do corte de rendas excessivas. Que razões conhece, se é que conhece alguma, para avançar para a mudança de

titular do Secretário de Estado da Energia? Tem ideia de alguma pressão existente? O que é que aconteceu?

Não lhe peço para especular, é uma pergunta de resposta fácil: conhece alguma razão que tenha levado aos acontecimentos naqueles termos?

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Em relação aos resultados, basta olhar para o *deficit*, para a dívida tarifária e, já agora, para as tarifas quer a regulada, quer as de acesso. Em relação à segunda pergunta, não consigo responder, naturalmente.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Como é que o Sr. Engenheiro avalia quer no momento em concreto em que exerceu funções, quer, de um modo geral, de acordo com o que foi a sua perceção, as relações da Direção-Geral com as entidades reguladoras, neste caso, a ERSE e a Autoridade da concorrência? Como foi a interação, a partilha de informações, o chamar da atenção para alguma questão que não estivesse no *pipeline*, passo a expressão?

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Sr. Deputado, do ponto de vista pessoal, vou-lhe dizer que tive sempre as melhores relações com todas as entidades com que me fui relacionando.

Naturalmente, como disse inicialmente, não podemos estar sempre todos de acordo. Isso normalmente é mau sinal. O que posso dizer é que as relações, do ponto de vista institucional, com a ERSE, ou com qualquer outra.

Estamos a falar da ERSE, que tem uma característica especial. Enquanto as relações da Direção-Geral, por exemplo, com a ENSE (Entidade Nacional para o Setor Energético E.P.E), com o LNEG (Laboratório Nacional de Engenharia Civil) ou com outros, como a Administração Pública

indireta, podem ser mais fluidas, o que tem a ver com as próprias características das instituições, na ERSE existe sempre uma questão fundamental que, de alguma forma, temos sempre de medir, uma vez que se trata de uma entidade absolutamente independente e é um regulador.

Fazendo a salvaguarda desta característica específica da ERSE, vou dizer que as relações correram sempre bem, como teriam de correr. Aliás, não consigo conceber que pudessem correr de outra forma. Se corressem de outra forma, alguma coisa estava muito errada.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Da sua experiência, e do conhecimento do trabalho da Direção-Geral feito antes de si, que balanço faria sobre a articulação da Direção-Geral com a EDP e a REN; sobre a interação, a relação da Direção-Geral com estas duas empresas. Era uma interação na defesa dos interesses dessas empresas ou sempre, numa primeira linha, de defesa dos direitos dos consumidores de energia e da economia portuguesa?

Sr. Presidente, tenho uma última pergunta e não pretendo, depois, colocar mais nenhuma.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Presidente queria apenas dar nota de que vou ter de abandonar a reunião e vou depois acompanhar as respostas que forem dadas no registo audiovisual. Peço as minhas desculpas a todos por não poder estar até ao fim, mas vou ter de sair.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bruno Dias, quer fazer já a última questão ou espera pela resposta e depois faz?

A opção é sua.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, se me permitisse, preferia fazer a pergunta depois de ouvir a resposta, até porque é outro assunto, é outra matéria.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, vamos à resposta, então.

Relembro que a pergunta era sobre a interação entre EDP e REN, basicamente sobre o que disse, de ser a EDP a mandar nos serviços, se sim ou não. Ou estou a ir longe demais?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não foi isso que perguntei, mas a pergunta é boa.

O Sr. **Presidente**: — Fui eu que fui longe demais.

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Só posso falar do período em que lá estive.

Vou dizer-lhe que, do ponto de vista de relações com as duas empresas — e atenção que tivemos relações a vários níveis, designadamente não só ao nível dos Conselhos de Administração, com o Diretor-Geral. Eu tive interligações com quadros, com os dirigentes intermédios, tanto da REN como da EDP Distribuição, mas, designadamente, com a REN.

Há aqui uma coisa que temos de entender: até 2013 o grosso das, não vou chamar de *know-how*, mas das competências estratégicas, esteve sempre na REN, designadamente na REN.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Mesmo quando ainda se chamava EDP?

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Como?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Mesmo quando a REN ainda não existia e era a EDP?

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Sim, sim. Não estou a dar novidade nenhuma.

Basicamente, estou a parafrasear o que algumas pessoas, anteriormente, disseram, porque isto é conhecido. E era assim que funcionava.

O que tivemos, a partir de 2003, é uma absoluta mudança em relação a isto. A REN deixou de ser pública e muitas das coisas que, provavelmente, até 2013, até se poderiam compreender, a partir de 2013 passaram a ser inaceitáveis.

E isso foi uma coisa que sempre fiz questão de focar na minha relação com estas empresas, a REN e a EDP — quando digo EDP é a EDP Distribuição, porque é aquela com a qual temos a necessidade de ter uma relação mais fluída —: foram as melhores; do ponto de vista técnico foram as melhores.

Alguma coisa que, provavelmente, pudesse acontecer, coisas que aconteciam noutros tempos, deixaram de acontecer. A Direção-Geral teve de tratar estas empresas da mesma forma como tratava as outras empresas, ou seja...

Costumo dizer: a Direção-Geral tem fregueses, tem clientes. E todos eles são importantes, todos eles têm de ser tratados por igual, nem que seja pelo respeito individual que cada um deles merece, mas também por uma outra questão: é que eles não podem ir a outra Direção-Geral, têm de ir ali. E nós temos a obrigação de os tratar bem e, acima de tudo, de os tratar de uma forma igual.

Essas situações que, provavelmente, ocorriam no passado... Acho que, historicamente tem sido feito um esforço de acabar com essa espécie de

conflito de interesses e, assumidamente, conseguirmos assumir a separação, sabendo que a REN continua a ser muito importante, porque é o operador de sistema em muitas áreas, designadamente ao nível de política europeia — os operadores de rede estão presentes em muitos grupos de trabalho — e nós, com a REN, a esse nível temos uma relação absolutamente excelente, com troca de informação aos mais diversos níveis.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — A minha pergunta era se, em determinados momentos, prevalecia, nessa interação, a defesa de interesses empresariais, ou seja, na prática era sobre o que acabava por prevalecer, relativamente àquilo que, às vezes, seria, naturalmente, incompatível e antagónico, até.

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Enquanto eu lá estive, tendo a certeza de que não fiz tudo correto, ou que não foi tudo feito da forma mais correta, o princípio é exatamente esse.

Os objetivos são aqueles que estão definidos pela legalidade e, novamente, não há influências de outras empresas. Estamos aqui a falar destas duas empresas, mas havia muitas outras empresas, também, ou muitos outros *stakeholders*, também, às vezes com interesse diferente. O que lhe posso dizer, da minha parte, é que absolutamente jamais seria admissível, pelo menos por mim, e tenho a certeza que pela maior parte das pessoas da Direção-Geral.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — A minha última pergunta tem que ver com a análise sobre medidas de política energética, decisões políticas, ao nível do Governo, na medida em que qualquer Diretor-Geral de Energia, seguramente, para além do dever de cumprimento da lei e do exercício das suas funções, é suposto ser sempre um elemento, também, de contribuição

relativamente à reflexão e à análise. E a própria Direção-Geral tem também essa missão, junto do Governo. Portanto, não há aqui, propriamente, uma coisa de «há aqueles que... e manda quem pode e a gente...». Não é assim, e sabemos que não é assim.

Portanto, peço a sua opinião — já não estou a pedir a opinião da DGEG, estou a pedir a sua opinião —, relativamente às opções tomadas no quadro da política energética do Governo e transmitida pelo então Secretário de Estado, Jorge Seguro Sanches, sobre as medidas tomadas e anunciadas agora, na tutela da energia, pelos titulares agora em funções, nomeadamente a reversão da Portaria n.º 246/2018, de 3 de setembro, que mandava ter em conta o interesse dos consumidores na decisão do licenciamento do sobreequipamento.

Já falámos deste assunto, mas pergunto a sua opinião sobre a reversão desse diploma pelos atuais titulares da tutela.

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Relativamente a esse tema, acho que já respondi várias vezes e de formas diferentes, mas, para que não fique absolutamente qualquer dúvida em relação a esse tema, do ponto de vista de Mário Guedes: absolutamente que não posso concordar com essa alteração.

Novamente: é importante que tenhamos um mercado de energia livre, sem tarifas *feed-in*, por um sem-número de situações que já referi. Neste caso, dar uma tarifa *feed-in*, é assumir-se que se conhece o valor da energia daqui a 10, daqui a 15 anos. Mas acho que já fui claro, acho que não faz sentido falarmos mais acerca disso. Em relação às outras questões, é que já me perdi.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se, agora, o PSD, pelo que tem a palavra, por oito minutos, o Sr. Deputado Joel Sá.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, gostaria de agradecer ao Eng.º Mário Guedes todos os conhecimentos e contributos que nos tem dado.

Pedia-lhe que nos detalhasse, novamente, o seu percurso, quer na DGEG, quer na EDM (Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.) quer no gabinete do Sr. Secretário de Estado, porque, há pouco, fiquei com algumas dúvidas.

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Eu assumi funções como técnico especialista, junto do Sr. Secretário de Estado da Energia, salvo erro, no dia 4 de janeiro de 2016.

Salvo erro, a partir de junho, regressei ao Conselho de Administração da EDM, onde tinha estado desde 2010 a 2013. Ou seja, em junho de 2016, passei a ser membro do Conselho de Administração da EDM e estive lá até 10 de abril de 2017.

Assumi a função de técnico especialista no gabinete do Secretário de Estado da Energia no dia 4 de janeiro de 2016.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Antes, então, de ser nomeado para a DGEG, acompanhava os trabalhos da Direção-Geral de Energia?

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Nessa altura, estava na Empresa de Desenvolvimento Mineiro, mas, em termos de funções, nas minhas funções no gabinete do Sr. Secretário de Estado — é isso que me está a perguntar? — acompanhava sobretudo a parte relacionada com a indústria extrativa, quer seja ela a parte de minas, pedreiras, quer seja a parte hidrogeológica, diga-se águas de nascente e águas minerais.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Foi referido, nesta Comissão, por diversas personalidades, que o Governo anterior concretizou um conjunto de medidas que permitiu cortes nas rendas de energia superiores a 3000 milhões de euros. Ouvi, nesta Comissão, o Dr. Artur Trindade, que referiu que as medidas que promoveu não incidiam somente em cortes de custos, mas também em medidas de política energética, relacionada com o melhor funcionamento do setor elétrico.

Uma dessas medidas foi a alteração da lei de bases do setor, através do Decreto-Lei n.º 29/2006 e 172/2006, e foi criada também a possibilidade de existir a produção de energia renovável sem tarifas *feed-in*, ou seja, em regime de mercado, através do Decreto-Lei n.º 215-B/2012.

Até essa data não havia enquadramento para licenciar potência renovável PRE sem apoios do Estado. Esta foi uma alteração estruturante, muito importante para o desenvolvimento do setor, designadamente no que se refere à produção de energia fotovoltaica sem subsídios.

Pergunto-lhe se, na sua opinião, estas medidas foram realmente importantes e positivas para o desenvolvimento do setor. De todas estas medidas, quais terão sido as mais importantes e positivas para o desenvolvimento do setor?

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Basicamente, acho que a medida que é absolutamente estruturante — e sem ser em termos de impactos financeiros, gosto de olhar para aquelas que são estruturais — e, claramente, estrutural é a possibilidade de se fazer licenciamento dos centros eletroprodutores sem necessidade de tarifa *feed-in*, acho que os resultados estão à mostra. Acho que foi uma medida muito importante.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Foi um sucesso, então, importante para o País.

Durante o tempo em que foi Diretor-Geral de Energia e Geologia, foram licenciadas várias centrais fotovoltaicas, sem quaisquer subsídios. A esse respeito, gostaria que me respondesse às seguintes questões: quantas centrais fotovoltaicas foram licenciadas, enquanto era Diretor-Geral da Energia? Quantos *megawatts* estavam licenciados quando terminou as suas funções? E qual é o valor do investimento projetado para estas centrais?

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Faz-me perguntas com muitos detalhes.

Risos.

Com muitos detalhes, no entanto, e sem lhe conseguir responder ao detalhe, consigo responder-lhe *grosso modo*.

O licenciamento, a maior parte... Existem dois níveis de licenciamento, os centros eletroprodutores com mais de 10 MW são licenciados diretamente, responsabilidade de um Membro do Governo; abaixo de 10 MW é responsabilidade, é da competência do Diretor-Geral.

Houve vários licenciamentos e havia já processos que estavam a correr quando cheguei à Direção-Geral e alguns já realizados. Não lhe consigo precisar, de momento, quantos, mas se pegar naquele mapa, facilmente, fazendo as contas — retirando dois, três anos a estes processos —, vamos lá chegar. Já havia muitos, aliás, acho que começaram em 2015, quando entraram alguns e, depois, 2016, 2017 e 2018, mas sobretudo em 2017 é que entram muitos, que deram depois origem a este licenciamento.

Em termos de investimento? O investimento vai variando, o que é outra das novidades que o setor tem tido, ou que vai ter.

Quando cheguei lá, não lhe consigo dizer qual era o valor que estava licenciado, consigo dizer-lhe o valor que estava licenciado quando saí, que é

este, de 1,173 MW. Há, depois, outros regimes de licenciamento — e alguns muito interessantes —, designadamente ao nível do autoconsumo. Por exemplo, quem costuma ir ao Porto e vai pela A17, passa pela fábrica da Ria Blades. E eu passei lá este fim de semana e já está uma turbina a...

Helena F.

... pela A17, passa pela fábrica da Ria Blades. Passei lá este fim de semana e já lá está uma turbina eólica, que está ao nível do regime de autoconsumo, ou seja, não entra neste regime normal. Existem outros modelos, por isso, depois, esse valor tem muitos detalhes e estes valores podem não bater certo, para um pode ser a potência instalada, para outro a potência de ligação... só para dizer que existem sempre algumas *nuances*. Aí, foi quando o mercado respondeu e, em 2017, foi quando começaram a entrar mesmo muitos pedidos de licenciamento.

Quanto ao valor do investimento, essa era a novidade que eu queria referir. Inicialmente, quando se falava em 2015, a referência era de 1 milhão de euros por megawatt, mas atualmente, já não temos isto. Tenho falado com alguns promotores e, inclusive, houve um que comentou que era a 400 000 €/MW. Isto explica a evolução do mercado, ou seja, o custo do investimento tem caído brutalmente. Há de continuar a cair, há de bater num patamar e esta é, precisamente, a questão fundamental que tudo isto implica, imediatamente, sempre com a capacidade de este tipo de energias competir no mercado livre, sem tarifa *feed-in*. Acho que das grandes novidades que tivemos nos últimos quatro a cinco anos é, precisamente, a possibilidade de termos energia renovável capaz de competir no mercado sem necessitar de qualquer tipo de tarifa *feed-in*.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Recebeu alguma instrução, por parte do Sr. Secretário de Estado, Seguro Sanches, relacionada com a estratégia de descarbonização da economia, no que ao setor eletroprodutor diz respeito?

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Instrução direta?!

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Pergunto-lhe se recebeu...

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Não, não recebi e acho que nem sequer tinha de receber. No setor elétrico, basicamente, as grandes centrais da era da carbonização, são grandes. Para já, a Direção-Geral não tem qualquer competência ao nível do licenciamento destas, por isso não tinha de receber.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Ainda sobre as licenças que referiu há pouco, foram atribuídos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 215-B/2012, legislação esta elaborada pelo anterior Governo. Certo?

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Sim, certo! É correto.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Foi referido ontem, nesta Comissão, pela Dr.ª Margarida Rosa, presidente da Autoridade da Concorrência, que não é boa prática estabelecer contratos de aquisição de energia, pelo Estado, por prazos muito longos.

Ao longo dos trabalhos desta Comissão, tem ficado a ideia de que sempre que o Estado leiloa ou atribui tarifas garantidas pelo Estado, por períodos por vezes muito longos, gera uma perceção fundamentada, ou não, de que foram atribuídas rendas excessivas. Esta perceção assenta, normalmente, na comparação entre os valores pagos aos produtores, tarifas

fixas, e o valor de mercado a cada momento. Recentemente, diversos promotores, como por exemplo a Galp, vieram a público afirmar que não são necessárias tarifas garantidas pelo Estado para que possam realizar os seus investimentos em centrais solares fotovoltaicas, como a que acabou de referir.

Pergunto-lhe se não será um desperdício de recursos ser o Estado a apoiar aquilo que os privados já fariam, de qualquer forma. Da sua experiência, enquanto Diretor-Geral de Energia, entende que há procura e capacidade de investimentos para projetos de produção fotovoltaica em regime de mercado?

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Absolutamente! Acho que os valores que temos, dos pedidos de licenciamento que existem, junto da Direção-Geral, explicam isso, claramente. O futuro também é em Portugal e em Espanha, e há bocado referi que a manifestação de interesses são 40 000 MW, sem tarifa. Perante esta situação, perante esta vontade, perante a disponibilidade do mercado, designadamente ao nível de investidores, dos grandes fundos de investimento de infraestruturas, de disponibilidade para investir neste setor, parece-me que nessa parte estará assegurado.

Ao nível de tarifas *feed-in*, já existe essa disponibilidade por parte dos investidores, de irem a mercado. Primeiro, acima de tudo, porque há aqui a questão fundamental, que a Galp referiu e que o Professor Sá da Costa também referiu por várias vezes, de que a energia renovável já é competitiva e não precisa de tarifas *feed-in*. Ele referiu isto várias vezes! Por isso, não vejo, claramente, que seja por aí o caminho. Perante este caso, o Estado não tem necessidade nenhuma de correr o risco de não saber qual é a cotação da energia daqui a 10/15 anos, se há privados que têm capacidade e que estão disponíveis para fazer isso, fazendo os ditos PPA, os contratos de aquisição

de energia. Mas isto é o que tem sido feito nos últimos anos. Não vejo nem antevejo que haja grande mudança a este nível.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Muito obrigado, continua a reforçar aquilo que foi a boa medida tomada anteriormente.

Gostaria de saber a sua opinião sobre as recomendações da presente Autoridade da Concorrência.

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Não percebi!

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Sobre o prazo, de que lhe falei, gostaria de saber a sua opinião sobre as recomendações que a presidente da Autoridade da Concorrência ainda ontem aqui referiu.

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Sobre o prazo dos contratos?

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Exato.

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Subscrevo. Mas isso tem a ver, precisamente, com aquilo que eu já tinha referido anteriormente. Se, nos últimos anos, o setor da energia elétrica sofreu estas mudanças, nos próximos ainda vai sofrer mais. Vamos ter energia fotovoltaica, o mercado vai alterar completamente e aquilo que estamos habituados a ter ao longo do dia também. O valor máximo da cotação da energia elétrica no mercado SPOT, que é por volta do meio-dia, vai passar a ser a altura em que a energia vai estar mais barata. Se pensarmos que temos 20 GW, em Espanha, todos a produzir a esta altura — mesmo que em Portugal sejam só 2 GW —, isto é uma consequência.

A par disto tudo vai surgir uma outra coisa — mas em relação a essa tenho mais algumas dúvidas, não quanto à sua concretização, mas sim quanto ao prazo temporal —, que é o armazenamento. O armazenamento de energia vai surgir, mais tarde ou mais cedo, e se, no meio desta equação, colocarmos aqui mais fatores de risco, como seja o carro elétrico, a mobilidade elétrica, o que ela pode vir a ser e como vai influenciar isto tudo. Costumo dizer que estamos perante um admirável mundo novo!

A seguir, colocamos as outras tecnologias que aí temos, colocamos a tecnologia do hidrogénio, que também pode ser fundamental no meio disto tudo. Ou seja, qualquer ato de estar a correr um risco por um prazo... torno a dizer que ninguém consegue adivinhar o futuro. Conseguimos perceber algumas linhas, mas, adivinhar a cotação da energia daqui a 5 ou 10 anos, se eu soubesse, não estava aqui!

Risos.

Estava a preparar-me para ficar rico daqui a 5 ou 10 anos. Acho que é este o conceito e acho que isto é uma questão de prudência, tendo em conta estas mudanças todas. Temos o mercado a funcionar, acho que o que temos de promover é precisamente o mercado, e o Estado tem de o regular! Que não haja a menor dúvida em relação a isso.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — De acordo com uma entrevista que deu ao programa *Sexta às 9*, além deste corte, estavam a ser estudados mais 378 milhões de euros em cortes a aplicar às empresas do setor. Pergunto-lhe se me poderia explicar, com detalhe, em que constavam esses cortes adicionais e qual era a sua fundamentação legal.

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Basicamente, já foram aqui comentados. Um deles era o relatório da Brattle, em que o valor que tinha sido ouvido em audiência de interessados, pela EDP, estava apontado nos 72,9 milhões de euros. Havia uma outra situação que tínhamos recebido e estava em análise, da dupla subsidiação da energia renovável, e que era aquele valor de 300 milhões de euros, identificado pela IGF (Inspeção-Geral de Finanças). *Grosso modo*, eram estes dois e, depois, mais uma série de outros *dossiers*. Eu não apontei esse valor. Não fui eu que indiquei, de certeza absoluta, a totalidade desse valor. Os dois valores que indiquei são estes e são meras referências, em que faltava tomar a decisão final.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Como já referiu, durante o seu mandato, foram licenciados mais de 1000 MW de potência fotovoltaica sem necessidade de tarifas *feed-in*. O atual Secretário de Estado da Energia, João Galamba, já anunciou a intenção do Governo de promover leilões de licenças de renováveis com tarifas *feed-in*, por um prazo de 15 anos, e a possibilidade de permitir aos produtores de energia eólica o sobreequipamento dos seus parques com uma tarifa *feed-in* de 45 €, durante 15 anos.

Pergunto-lhe qual é a sua opinião sobre a política do novo Secretário de Estado da Energia em relação à atribuição de tarifas *feed-in* por prazos superiores a 10 anos. Pergunto-lhe, também, se tem alguma ideia do racional que o Governo utilizou para definir um valor de 45 €/MWh para o sobreequipamento e porquê o prazo de 15 anos. Tem algum racional demonstrável?

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Em relação à primeira questão, do mandato de licenciamento... não foi no meu mandato que foi feito este licenciamento, foi no do Dr. Jorge Seguro Sanches. Já havia licenciamento, já havia... não foi no meu mandato e a responsabilidade não

é minha. Política, claramente que não é, e estratégica, claramente que também não é.

Novamente em relação à questão do sobreequipamento, acho que, basicamente, já respondi. Há uma coisa a que não lhe consigo responder, à pergunta de qual é o referencial — se são 45 €/MWh —, porque não sei. Há uma coisa que sei, é que, atualmente, a maior parte dos PPA (Power Purchase Agreement) que estão a ser realizados na Península Ibérica para energia fotovoltaica são contratos a 10 anos. Os PPA estão a ser feitos a 10 anos, com privados, entre privados, por períodos de 10 anos, na casa dos 40 €/MWh. Sei também que, do ponto de vista do LCOE (*levelized cost of energy*), ou seja, do custo justo da energia, que é calculado e é o primeiro parâmetro que um promotor faz, atualmente, o da energia fotovoltaica anda na casa dos 30 €; em relação à energia eólica é um bocadinho mais, andar na casa dos 35 €. Isto, atualmente, sabendo-se que no futuro vai evoluir e que estes valores têm tendência a baixar.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Não me respondeu qual era a sua opinião sobre a nova política do Governo relativamente a esta matéria.

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Não lhe sei dizer se há política nova! O Programa do Governo é absolutamente claro em relação a isto e diz, claramente, correndo o risco de não citar completamente — «promover o licenciamento de energias renováveis sem tarifas *feed-in*». Isto é o Programa do Governo.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Então, deduzo que estas declarações são feitas ao arrepio daquilo que é o Programa do Governo!

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Confesso que não consigo comentar as declarações, porque elas têm aparecido na comunicação social. Confesso que, em primeiro lugar, não consigo depreender que vá haver tarifa *feed-in*. Consigo prever que vá haver leilão, mas isso não significa que possa haver tarifa *feed-in*. Em relação à tarifa *feed-in* não consigo depreender esse aspeto, aliás, mais, tenho dificuldades em perceber em que potência é que vai ser leiloado e em que locais.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Na sua opinião, poderão estar a ser criadas novas rendas excessivas durante os trabalhos desta Comissão?

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Se houver tarifas *feed-in*, não é uma questão de criar rendas excessivas. Novamente, dependendo de algumas situações, volto a dizer que há tecnologias onde faz sentido que haja uma tarifa *feed-in*. Na biomassa, por exemplo, faz sentido que haja uma tarifa *feed-in*, por diversos motivos. Pelas externalidades, pelo facto de não ser uma tecnologia concorrencial nesses sítios, fazem sentido. Há pelo menos duas tecnologias, das ditas «novas», onde não faz sentido existir tarifas *feed-in*, são elas na energia eólica e, designada e fundamentalmente, na energia fotovoltaica. Por todos os motivos que já referi, pela evolução do mercado, pelo custo, pela margem que atualmente os promotores já conseguem obter e pela evolução.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Nesta Comissão tem sido referida a existência de lóbis no setor, seja o da eletricidade, seja o do nuclear ou até mesmo o das renováveis. Alguma vez se sentiu pressionado ou condicionado por algum destes lóbis? Se sim, qual?

O Sr. **Mário Ferreira Guedes**: — Sr. Deputado, como deve imaginar, o Diretor-Geral sofre várias solicitações, diariamente. Vou dizer-lhe que, ao final de uma semana, são dezenas e dezenas. Recebi-as e a postura que sempre tive foi a de falar com todas as entidades, a de tentar ser o mais aberto e de tentar falar o máximo possível com todos os agentes do setor.

Novamente, o setor da energia da Direção-Geral é abrangente. Certamente, iria surpreender com questões relacionadas com a qualidade da iluminação. Há um sem número de situações. E essa sempre foi a minha postura: foi falar sempre com toda a gente.

Vou-lhe dizer que, do meu ponto de vista pessoal, a única coisa que me pode pressionar, na minha vida, é a minha consciência — rigorosamente mais nada me pode pressionar. É a minha consciência e a minha vontade de querer fazer as coisas como deve ser e como tem de ser, com respeito pela legalidade e pela ética. É a única pressão que eu alguma vez senti.

Agora, o Diretor-Geral sofre imensas solicitações, mas isso é normal. E vou-lhe dizer que aquelas que me custaram mais foram aquelas em que empresas que me questionavam e solicitavam coisas, e que tinham razão, e a que a Direção-Geral não conseguia atender em tempo útil.

Digamos que a única pressão que eu alguma vez pude sentir foi a da minha consciência. Nenhuma outra, rigorosamente mais nenhuma poderia aceitar.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Reportando-me, mais uma vez, à reportagem do *Sexta às 9*, em que é entrevistado, é nela referido que foi substituído pelo único diretor de serviço que despediu.

Poderia contar os motivos e o processo que levaram-no a decidir pela demissão do Eng.º João Pedro Correia Bernardo? Qual a sua opinião sobre a sua nomeação como seu substituto?

O Sr. **Mário Ferreira Guedes**: — Já abordei, ligeiramente, esse tema no início. Havia situações que não estavam, claramente, a correr bem e, quando se chega a determinada altura em que se atinge o limite, para bem e para proteção das pessoas todas, há necessidade de fazer mudanças. E, acima de tudo, havia a necessidade de resolver um sem número de situações, designadamente — vou dar só este exemplo —, o facto de termos os PO (programa operacional) regionais e os Srs. Presidentes de Municípios a questionarem constantemente a Direção-Geral porque esta não estava a responder em tempo útil aos respetivos pareceres.

Foi preciso resolver a situação e resolveu-se. E correu bem. Conseguiu-se ultrapassar todos. Havia outras situações que não estavam a correr bem e vou-lhe dizer que não há um motivo único, porque um motivo único nunca há para nada na vida. Eu acho que tem de haver vários motivos e, ali, havia, claramente, vários motivos. E assim foi feito.

Em relação à nomeação, eu não sou capaz de tecer comentários em relação a isso porque não me compete, não fui o autor da decisão.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Na sua opinião, porque é que foi demitido?

O Sr. **Mário Ferreira Guedes**: — Não lhe sei responder.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Referiu, há pouco, que foram atribuídas licenças de produção fotovoltaica. Não conseguiu justificar o valor em megawatts. Inquiri nesta Comissão o Dr. Miguel Barreto, também ele ex-Diretor-Geral da Energia. Ele referiu que o ato de passar uma licença de produção de energia consiste num ato meramente administrativo. Isto é, as condições para se ter uma licença estão plasmadas na lei e, se o proponente cumprir aquelas condições, é-lhe concedida a licença. O papel da DGEG é meramente de verificar e de assegurar o cumprimento das condições legais.

Está de acordo com este entendimento?

O Sr. **Mário Ferreira Guedes**: — Legais e técnicas! Essa é uma componente importante. Estamos aqui a falar dos centros electroprodutores, mas podemos ir a um sem número de outras situações de licenciamento que a Direção-Geral faz. Tem a componente legal, que é da instrução do processo, digamos, a empresa tem de recolher a legislação. E, atenção, é assim que tem de ser porque o licenciamento tem de estar plasmado na lei e é assim que ocorre e a Direção-Geral, depois, em determinadas situações do ponto de vista mais técnico, tem de fazer a respetiva análise. E, aí, já são questões, digamos, menores, ligadas, sobretudo, à parte eletrotécnica que tem de ser analisada, mas é assim que funciona.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — O artigo 33.º-F, do Decreto-Lei n.º 215-B/2012, lista os critérios gerais de atribuição de licença de produção, fazendo o seu n.º 1 depender essa atribuição da observância de vários requisitos, em particular o da alínea *i*), as características específicas do requerente, nomeadamente as sua capacidade técnica, económica e financeira.

A esse respeito gostaria de lhe colocar as seguintes questões relacionadas com os processos de licenciamento no tempo em que era Diretor-Geral da Energia: como avaliou a DGEG a capacidade técnica, económica e financeira dos requerentes?

O Sr. **Mário Ferreira Guedes**: — Da mesma forma que o faz em todos os processos de licenciamento. De momento, não lhe consigo dar a resposta concreta, mas se me der meia dúzia de minutos e consigo-lhe listar os aspetos todos. Esses são os que estão definidos na legislação. Não tenho grandes dúvidas, mesmo na prática. Aliás, é na prática que isto é abrangente a todos os processos de licenciamento.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Pode então fazê-los chegar à Comissão, se faz favor.

Poderia DGEG atribuir licenças de produção a projetos de dezenas de milhares de euros a empresas com capital social de apenas 1 €?

O Sr. **Mário Ferreira Guedes**: — Nesse caso, não.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Poderia a DGEG atribuir licenças de produção a centrais fotovoltaicas, mais complexas do que a Central Solar Fotovoltaica de Amareleja, a empresas sem qualquer capacidade técnica conhecida no setor fotovoltaico?

O Sr. **Mário Ferreira Guedes**: — A Direção-Geral avalia a qualidade do projeto. Ou seja, avalia o projeto eletrotécnico e isso tem de o fazer.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Essa questão tinha de ser, mas avalia também o promotor?

O Sr. **Mário Ferreira Guedes**: — Tem um diretor técnico.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Só o diretor técnico não chega, não é?

O Sr. **Mário Ferreira Guedes**: — Porquê?

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Chega só ter um diretor técnico para a empresa estar em condições e ter todos os requisitos?

O Sr. **Mário Ferreira Guedes**: — Sr. Deputado, não tenho aqui os detalhes todos, mas posso ir buscar essas *nuances* todas. Está a falar-me de um dos temas mais sensíveis que existem sempre nos licenciamentos, que são precisamente esses dois requisitos: a avaliação da capacidade técnica, da idoneidade e da capacidade económica e financeira. Mas isso posso fazer-lhe chegar.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Agradecia que os fizesse chegar à Comissão.

O Sr. **Mário Ferreira Guedes**: — Sim, com certeza.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Nos termos do n.º 3 do artigo 33.º-P, do Decreto-Lei n.º 215-B/2012, a DGEG deveria exigir aos promotores das centrais fotovoltaicas uma caução idónea, autónoma e irrevogável, pagável à primeira solicitação, pelo valor correspondente a 2% do montante do investimento previsto.

Pergunto-lhe: como era definido o montante do investimento previsto? Eram os promotores que o definiam?

O Sr. **Mário Ferreira Guedes**: — Sim, são os promotores que definem o investimento. São eles que são responsáveis pelo próprio investimento e que conhecem o próprio investimento. E era assim que funcionava. Agora, a Direção-Geral tem espírito crítico, relativamente à lógica do investimento e aos valores de investimento proposto.

Gostava de salientar uma coisa: um projeto, quando é apresentado, não aparece só com o número de painéis fotovoltaicos e não sei quantos metros de cabo; tem todo o resto das componentes. E a Direção-Geral tem absoluta capacidade, pelos seus técnicos — se me perguntar a mim, não sou capaz —

, de fazer essa avaliação, isto é, de saber se o valor proposto corresponde ao investimento real.

Há aqui outra *nuance* que gostava de salientar: estes valores de investimento unitário por megawatt têm vindo a baixar. Esta é uma tendência interessante.

E, deixe-me só acrescentar que todos estes promotores, todas as centrais fotovoltaicas que estão aqui e todas as outras centrais apresentaram caução e garantia bancária — *first demand*.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, penso que pretende colocar mais algumas questões para terminar e que não pretende uma segunda ronda de perguntas. É isso?

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tenha a bondade, então.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Acabou de responder a uma das perguntas que tinha para lhe colocar sobre que tipo de cauções eram entregues. Ora, se os investimentos projetados são, de acordo com o que referiu há pouco, de mais de 10 milhões de euros, então é expectável que o Estado tenha arrecadado cauções em muitos milhões de euros.

Pode garantir que, caso os investimentos não sejam concretizados, o Estado português está protegido através das cauções previstas pela lei?

O Sr. **Mário Ferreira Guedes**: — Estas cauções têm o valor de 2% do investimento, que é o que está definido na lei. Por isso, eles estão lá. Se no prazo de dois anos, mais uma possível prorrogação de um ano, os

investimentos não forem executados, naturalmente, não vejo outra alternativa se não o Estado revogar a licença e executar a caução.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Uma última pergunta: a DGEG já executou alguma caução? Se sim, quando e por quanto?

Será por este tipo de ações da DGEG, liderada por si, que o atual Secretário de Estado João Galamba está a inspecionar licenças atribuídas para a produção de energia solar, sem subsídio, como é referido na imprensa?

O Sr. **Mário Ferreira Guedes**: — Até ao momento, não houve necessidade de executar nenhuma — lá está, temos o período de dois anos —, porque isso tem a ver com o período de licenciamento e com os pedidos. A mais antiga que havia, enquanto lá estive, já está em produção. Acho que era uma de 2015, mas não tenho bem a certeza das datas. Essa está em produção. Em relação às outras não se verificou essa necessidade, porque, enquanto lá estive, ainda estavam no período de dois anos mais um, ou seja de três anos. Não houve necessidade de executar caução às centrais deste regime. Ocorreram outras situações noutros regimes, isso ocorreu.

O Sr. **Joel Sá** (PSD): — Mesmo para finalizar, pergunto-lhe se, em algum momento, propôs a nacionalização da REN ou da EDP.

O Sr. **Mário Ferreira Guedes**: — Longe de mim pensar numa coisa dessas! Claro que não!

O Sr. **Presidente**: — Vamos agora prosseguir com o Partido Socialista. Tem a palavra, por 8 minutos, o Sr. Deputado Fernando Anastácio.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Sr. Engenheiro começo por cumprimentá-lo e gostaria de começar por esta parte final. Falou-se já muito aqui de leilões e eu gostava de precisar este conceito de leilão.

Sei que, habitualmente, e na gíria comum, leilão é um preço base a partir do qual se tenta chegar a um preço mais alto. Mas a percepção que tenho é que, na energia, não funcionará bem assim. Ou seja, o leilão tem, normalmente, um preço de referência, mas procura-se, com isso, chegar a um preço mais favorável, ou seja, mais baixo.

Aliás, referiu, repetidamente, o Programa do Governo a respeito dos preços garantidos. E, de facto — até fui fazer uma leitura — o Programa do Governo diz, sim, que é importante reduzir a tarifa nos consumidores.

Pergunto-lhe, concreta e muito objetivamente, se os leilões não podem ser uma forma de reduzir o preço aos consumidores.

O Sr. **Mário Ferreira Guedes**: — Uma coisa é o leilão, outra coisa é a tarifa *feed-in*. Eu admito que se possa fazer leilões. É algo que faz sentido. Ou seja, o Estado decide que existe zona de rede — vamos imaginar, na zona do Porto —, que quer instalar ali, por razões técnicas, designadamente de capacidade de rede e de consumo, uma determinada potência e coloca essa potência em leilão e, depois, haverá os concorrentes.

Depois, os parâmetros de avaliação, tanto de projeto, como de atribuição, isso é outro tema. Mas o conceito de leilão pode fazer sentido, porque, se quisermos, é uma forma de condicionar os locais onde o Estado quer que haja investimentos de energia. Vejo isso dessa forma.

Dando outro exemplo: se o Estado achar que o consumo de energia vai aumentar brutalmente na cidade de Bragança, faz sentido que tente focalizar ou condicionar os investimentos para aí. Só vejo a lógica de leilão para se ter uma programação dos investimentos ao nível da produção.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Precisamente. Aliás, há pouco já referiu o justo valor e até apontou para valores bastante mais baixos do que aqueles que se referenciaram. Falou entre 30 e 35 €.

Pergunto-lhe se o leilão pode ser ou não um mecanismo para chegar à contratação mais próxima desses justos valores.

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Leilão é uma coisa, tarifa *feed-in* é outra. Acho que esta parte era importante.

Penso que já tinha respondido a isto, mas voltando à questão da tarifa *feed-in*, sabendo atualmente o grau de surpresa que pode existir no setor de energia, designadamente na energia elétrica, que devemos ter algum cuidado e alguma reflexão quando se assume um custo, o qual às vezes também pode ser uma receita, mas é sempre um risco que o sistema elétrico nacional, digamos o Estado, está a correr quando existem entidades privadas capazes ou disponíveis para correr esse mesmo risco.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Já esclarecemos que uma coisa são as tarifas *feed-in* outra coisa é o leilão, isto está claro. Agora, pegando no mapa que aqui mostrou (*slide 21*), e até considerando o plano de investimentos da REN, uma coisa é todo aquele mecanismo que termina nas cauções dos 2% do investimento, outra coisa é o investimento em concreto. Como compreenderá, quanto ao investimento na instalação estamos a falar de valores muito mais altos. Já foi feita aqui uma pergunta, mas eu faço-a de novo, o Sr. Engenheiro não respondeu nesse prisma, respondeu na perspetiva técnica: é feita a avaliação económico-financeira dos projetos e é feita também a avaliação da sustentabilidade, dos capitais e dos recursos ao financiamento que há para a execução dos referidos projetos ou não?

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Sim!

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Os projetos apresentados na Direção-Geral de Energia têm garantias de financiamento, por exemplo?

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Garantias de financiamento? Não percebi.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Garantias de financiamento ou de capitais próprios das empresas para serem executados.

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — A Direção-Geral não tem de fazer isso, a Direção-Geral tem de garantir que tem capacidade económica e financeira.

O que me está a dizer é uma coisa que, do ponto de vista formal e do ponto de vista legal, não me parece, no mínimo, correto que é pedir às empresas que quando lá chegam tragam o dinheiro com o qual vão fazer o investimento. Isso não faz sentido.

Agora, o risco corre por parte das empresas aqui e o que cabe ao Estado é nas datas supostas e quando tiver de tomar as atitudes que tiver vai ter de tomá-las e vai ter de executar as cauções se eles não forem construídos.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Essencialmente, penso que o objetivo do Estado não é executar cauções, é garantir a execução dos projetos.

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Estamos absolutamente de acordo.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Temos aqui um claro ponto de convergência e é por isso mesmo que me foco na execução dos projetos. Isto pode ou não ter ver com tarifas *feed-in*, mas tem a ver essencialmente com um problema que é saber a que preço é que se vai colocar no mercado um determinado produto e, neste caso concreto, a energia. Ora, no quadro atual e da experiência que teve como Diretor-Geral da Energia, pergunto-lhe qual foi o resultado que encontrou na execução daqueles projetos que foram licenciados no período em que esteve à frente da Direção-Geral de Energia, que estão hoje a produzir e que estão ligados à rede, bem como o seu grau de percentagem entre as pretensões, ou seja, as intenções de investimento e os investimentos efetivamente concretizados.

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Em produção estão dois.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Com quantos megawatts?

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Com 49 na totalidade, presumo. Estou a falar um pouco de cor, mas deixe-me responder ao restante.

A maior parte deles foram licenciados em 2017, o grosso deste licenciamento é em 2017, por isso é expectável um prazo para construção. E se falar com qualquer promotor ou qualquer empresa sobre o prazo para construção de um centro electroprodutor dirá que dois anos é complicado porque é muito curto, sendo expectável três anos.

E porque é curto? Porque há várias situações que depois correm a par disto tudo. Todas estas empresas estão sempre dependentes da EDP Distribuição, porque é a EDP Distribuição que faz a ligação. Todas estas empresas vão ter de contratar a REN ou a EDP Distribuição para, em seguida, fazer isto.

Por exemplo, na auscultação que fiz a uma série de empresas, que acabou por não ser exaustiva porque entretanto vim-me embora, por exemplo, em termos de prazo de execução por parte da EDP Distribuição, o prazo mais curto que uma empresa tinha para uma central era de nove meses e o prazo mais longo era de 20 meses.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Para fazer a ligação?

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Sim, para fazer a ligação. Ou seja, a empresa pode construir o parque fotovoltaico mas está sempre dependente desta componente da ligação.

Isto é para percebermos esta ótica e, naturalmente, nesta altura, perante esta afluência — só a EDP Distribuição e a REN é que podem fazer isto —, há a tendência para os prazos demorarem mais. A partir do momento em que as empresas contratam este serviço quer seja junto da REN, quer seja da EDP Distribuição pagam imediatamente à cabeça um determinado valor a estas duas empresas e, salvo erro, isto depois varia de empresa para empresa, mas eu acho que é de um terço.

Na altura pedi a todas as empresas, também à REN e à EDP Distribuição, que dessem indicação de um cronograma atualizado do plano de trabalhos e pedi ainda à EDP Distribuição e à REN que indicassem também quais eram os prazos que tinham previsto para as ligações de cada uma das centrais fotovoltaicas que tinham. Do contacto que tive com algumas empresas verifiquei que há várias que irão entrar em exploração nos próximos meses. Não consigo ser exaustivo, mas não me cabia a mim pegar no telefone e andar, agora já não como Diretor-Geral, a telefonar a essas empresas. Como referência, e tendo em conta aquele artigo que vem no *Jornal de Negócios*, vou acreditar que as declarações que as empresas prestaram aos jornais são verdadeiras.

Ontem surgiu mais uma notícia, salvo erro vinha nos jornais, em que no projeto de Alcoutim tinha entrado um novo investidor e consistentemente temos visto a própria Allianze a entrar no setor, ou seja, há manifestamente interesse por parte de investidores no setor, às vezes por motivos diferentes, até por lógica de diversificação do seu *portfolio*.

Por isso, se me perguntar se estão em construção digo-lhe que, da informação que tenho, não existe indicação que haja algum caso de particular preocupação. Mas esta foi uma questão que mencionei a todas as empresas nos contactos que sempre tive e fartei-me de lhes dizer, porque às vezes há aquela lógica portuguesa de se ao final de três anos não estiver, «Eh, pá, vocês dão-nos mais seis meses». Repito, fiz questão de dizer em todas as empresas que não havia prorrogações, porque, do ponto de vista formal e legal, não há espaço para haver mais nenhuma prorrogação e as empresas estão a par disso. Estão absolutamente cientes disso, porque foi isso que fiz no passado designadamente a outros regimes de outras licenças que também ultrapassaram todos os limites.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Naquela linha de encontrarmos pontos de convergência, chegámos à conclusão de que os leilões não implicam necessariamente mais custos para o tarifário, as duas coisas não estão necessariamente ligadas.

Mas nesta perspetiva, entrando agora um pouco no plano da REN e olhando para o *slide* 21, que apresentou, a generalidade do investimento, nesta área, por exemplo, das fotovoltaicas, está no sul do País, pelo que lhe pergunto se o plano de investimentos da REN, aquele que foi agora aprovado, nomeadamente para os cinco anos, assegura a capacidade daquelas intenções de investimento serem exequíveis, são os dois na tal ligação de um com o outro, no prazo que todos nós pretendemos para

Portugal cumprir as metas a que se vincula e que são objetivos que todos nós temos nesta matéria da transição energética.

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Acabou de falar de um tema complicado que é o PDIRT (Plano de Desenvolvimento e Investimento na Rede de Transporte de Eletricidade). Quando cheguei à Direção-Geral a coisa mais surpreendente que verifiquei foi ter percebido que o instrumento mais importante que existia ao nível de política energética e imediata e ao nível de investimentos, PDIRT, nunca tinha sido aprovado.

Ora, isto é algo que a nós, portugueses, deve preocupar, isto é, saber qual a razão pela qual isto não acontece. E sem querer saber por que motivo não terá sido aprovado no passado, o que tentamos sempre fazer, designadamente com a REN que aí colaborou bastante, foi um trabalho inicial interativo de se perceber o modelo. A REN apresentou um modelo muito interessante que tem aquela divisão entre os dois tipos de projetos. O PDIRT é importante porque bate com o RMSA (Relatório de Monitorização da Segurança de Abastecimento), que também tem a componente da Direção-Geral. Ou seja, aqui claramente tem de haver uma interação entre as duas instituições.

O processo de construção deste plano seguiu e a Direção-Geral tornou a ter uma intervenção ao nível do conselho consultivo da ERSE, que está representada pelo Diretor-Geral. Isto é, houve um sem número de interações, houve a consulta pública que a ERSE realizou e que, posteriormente, incorporou alguns elementos dessa consulta, e remeteu novamente à DGEG.

O que lhe posso dizer é que o parecer relativamente a este PDIRT foi dos últimos atos que fiz como Diretor-Geral. Naturalmente demos parecer positivo, mas fizemos questão de focar que havia um sem número de projetos no PDIRT que estavam apontados para 2024, 2025, que salientámos dizendo que era importante antecipá-los designadamente no sul do País.

Para entrarem em produção estes projetos não necessitam de investimentos na rede, a minha preocupação são os 2800 MW, esses, sim, necessitam de investimentos na rede. E a própria informação que enviámos ao Sr. Secretário de Estado salientava a necessidade de fazer algumas antecipações em alguns investimentos e temos de ter consciência que estes investimentos depois refletem-se nas tarifas. Ou seja, isto é uma decisão política que tem de ser feita pelo Governo. O que a Direção-Geral fez foi que do ponto de vista de investimento nesta lógica, perante a situação que nós temos, faria sentido realizarem-se algumas antecipações.

Sobre o PDIRT é também importante dizermos o seguinte: o PDIRT tem um período de vigência de 10 anos.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Mas estão cinco, só!

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Sim, mas é renovável.

Como dizia, o PDIRT tem um período de vigência de 10 anos e esse é um erro de entendimento do passado, isto é, quando as pessoas achavam que o PDIRT tinha aqueles investimentos todos, mesmo daqui a 10 anos, isto não significa que ele esteja tacitamente e automaticamente aprovado. Não, isto é a linha, são indicações importantes também para quem faz a gestão do sistema, para o operador do sistema ter esta lógica e para que nós, os operadores, os agentes de mercado, as empresas, os promotores também tenhamos uma perceção de qual será o caminho, sabendo que, quase de certeza absoluta, daqui a cinco anos, no setor da energia, vai estar tudo bastante diferente.

Por isso, é importante esta atualização que é feita periodicamente e, repito, não é tácito o facto de esse investimento estar lá. De facto, tentámos, de alguma forma, desmistificar isto, porque acho que às vezes era algo que existia no subconsciente de algumas pessoas. E acho que se conseguiu fazer

um trabalho excelente. A REN foi excelente, conseguiu trabalhar-se muito bem, designadamente com um sem número de *stakeholders*, houve muitas participações.

Na minha opinião, excetuando aquelas observações que fiz, estamos em condições de, finalmente, aprovar o PDIRT, do qual, depois, não faço a avaliação relativamente aos investimentos, porque não compete à Direção-Geral fazê-lo.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Então, pergunto-lhe, tendo em conta, pelo menos, a experiência e o conhecimento que tem do PDIRT — e já exprimi aqui a preocupação de que isto são investimentos —, de como ele está estruturado, e considerando que ele é essencial para o arranque daqueles projetos, se isso, se essa decisão não comporta em si um aumento ou, pelo menos, a inversão desta linha que tem sido, de 2017 em diante, de redução das tarifas.

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Não, não. Relativamente àqueles projetos que estão licenciados, já não há necessidade de fazer investimentos na rede. Isso é absolutamente claro.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Referia-me, inclusive, aos de 2800 MW.

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Os de 2800 MW já é outra situação, os de 2800 MW são só pedidos. E, para todos eles, não há necessidade de fazer licenciamento, não há necessidade de fazer novos investimentos na rede, mas, para o grosso, sim. E, aqui,

novamente, as áreas mais interessantes para a produção de energia fotovoltaica no País são o Alentejo e o Algarve. E nestas zonas da rede que comportam estas duas áreas a rede está esgotada. Daí o facto de eu dizer que fazia sentido antecipar o investimento ao nível do PDIRT para incorporar esta nova linha de investimentos. Uma das questões dos leilões que se podia ter em consideração é precisamente a de cada um destes projetos ter de contribuir com um montante para os investimentos na rede. Mas isto é uma lógica diferente da tarifa *feed-in*.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Precisamente pegando na tarifa *feed-in*, pergunto: para si, tarifa *feed-in* é igual a renda excessiva, é sinónimo de renda excessiva?

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Não queria ser tão literal nisso, porque na vida nada é literal. Mas, voltando à situação das eólicas, direi que se a tarifa, no concurso da fase *A* e *B*, em vez de ter sido os 98 €/MW, tivesse sido 5 €/MW, de certeza absoluta que não tínhamos renda excessiva. Isto aqui tem a ver é com o valor.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Naquelas circunstâncias!

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Sim.

E, provavelmente, havia períodos do dia em que iríamos ter rendas excessivas que era quando a energia estivesse a zero, o que ocorreria durante a noite — e, mesmo assim, a 5 €, havia uma renda. Agora, durante o resto do dia, o grosso dos dias, naturalmente não havia nenhuma renda excessiva, pelo contrário, o sistema elétrico iria ser

altamente favorecido. O único problema é que, depois, todas estas centrais iriam fechar porque os promotores iriam falir.

Se me quiser colocar a questão em relação ao valor da tarifa, é que isto depende sempre do valor da tarifa.

Mas acho que há aqui uma questão que é fundamental, que é assumida e que é algo que foi já incorporado por todos os agentes do setor: não há necessidade nenhuma de termos uma tarifa *feed-in*. A maior parte dos promotores espanhóis assumem isto. Em Portugal, os promotores, de uma forma geral, assumem isto — nós tivemos a Galp. E, numa lógica de promoção das próprias energias renováveis, o que temos de salientar é que a energia renovável — designadamente, a eólica e a fotovoltaica — é concorrencial com o gás e com o carvão, que são importados. E é esta promoção que temos de fazer, para atingirmos depois aquelas duas outras coisas que nos falta fazer.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Mas é precisamente aí que tenho alguma dificuldade em perceber o seu raciocínio. É que necessariamente... É evidente que tarifa *feed-in*, para mim, não é igual a renda excessiva, tem a ver com a renda, com o preço que se paga. E saber se o preço que se paga é excessivo ou não tem a ver obviamente com aquele preço que se conseguiria no mercado — essencialmente, é isso.

Agora, quanto à pergunta que há pouco lhe fiz e à qual depois não respondeu — enfim, respondeu, mas de outra maneira —, tendo-me até dito que não perguntava às pessoas quando lá chegavam se traziam o dinheiro para os projetos, devo dizer-lhe que, quando se olha para um projeto, é preciso perceber se aquele projeto vai ser feito com capitais próprios ou se vai ser feito com financiamento bancário — e é natural que isso seja analisado por quem o avalie. E, mais do que isso, a experiência mostra-nos que, hoje, para esses projetos terem apoio financeiro, normalmente, tem de

haver uma perspectiva de um valor, porque ninguém faz apoios financeiros a este tipo de projetos — pelo menos, a banca não o faz — sem ter essa percepção.

E eu pergunto-lhe: como é que conjuga estes fatores? Não queria usar este exemplo, mas vamos pensar no caso da taxa fixa no crédito à habitação — não é bem igual, mas é por analogia. E a pergunta é esta: é determinante ou não? Vamos correr o risco? E aqui, numa lógica invertida, a taxa fixa é para o banco.

Ora, é esta a minha dificuldade em perceber. E quando, há pouco, a uma pergunta feita respondeu que analisam, a pergunta era para saber se havia da parte da Direção-Geral de Energia e Geologia uma apreciação do mérito e da sustentabilidade financeira do projeto na perspectiva da sua execução.

É que a minha grande dúvida é saber, relativamente àqueles projetos, quais são os que vão à frente e quais são os que morrem pelo caminho.

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Acho que, nos próximos meses, já vamos saber se algum morre. E se, entretanto, as empresas já tiverem respondido à pergunta que fiz à data à Direção-Geral e se, designadamente, a REN e a EDP Distribuição também já deram essa resposta, então, já estamos em condições de saber se algum deles vai morrer. Não tenho dúvidas em relação a isso.

Julgo que o Estado deve ser zeloso no seu ato de licenciamento, não pode é ultrapassar os seus limites. E quanto à forma como a empresa vai financiar os seus projetos, esse é um problema da empresa. Mas essa é a lógica da legislação, é como ela está feita. Pode achar que devia ter uma outra lógica, mas a legislação está feita desta forma.

Se me pergunta se, a este nível, haveria necessidade, acho que o Estado deve dar liberdade às empresas para desempenharem a sua atividade.

Agora, nós, Direção-Geral, sabemos, através dos contactos, que um sem número destas empresas já tem contratos de aquisição de energia, feitos já com empresas, os ditos «PPA» — já os tem e adiantei alguns dos valores de referência. Ou seja, a partir do momento em que já tem um comprador, já faz tudo, isto é, o dito *project finance* já corre facilmente na banca.

Se me disser que uma tarifa *feed-in* é muito mais fácil para o *project finance*, isso é óbvio, estamos todos de acordo. Estou convencido de que se disserem a todos os industriais de Felgueiras que, independentemente do número de sapatos que produzam, eles vão vendê-los todos a 5 €, isso seria um negócio que não só eles mas todos nós quereríamos. E atenção que a energia tem sempre tendência a ser um negócio um pouco diferente.

É óbvio que o financiamento desta forma é muito mais fácil. Agora, acho que nós, Estado, devemos é ter sempre em consideração os limites que temos e o fator risco que está sempre associado a uma tomada de decisão para daqui a 5 ou 10 anos.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Essa pergunta convoca-me para uma outra. Não acha, em função dos objetivos que temos, do ponto de vista da descarbonização, que deve haver prevalência relativamente à produção das energias eólicas no despacho?

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Isso existe.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — E deverá sempre manter-se, não é verdade? É esta a minha pergunta.

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Atualmente, existe. E fará sentido manter-se, no futuro.

Mas essa questão que está a colocar é uma questão que poderá ser colocada mais à frente, num outro momento, enquanto a gestão da rede... Essa é uma questão de gestão de rede, é uma questão meramente técnica que, depois, tem de se avaliar para perceber qual é o limite onde isso vai acontecer. Imaginemos que temos 95% de energia renovável — neste caso, vamos ter de criar aqui uma lógica de preferência de despacho.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Nós, hoje, temos 71% de capacidade instalada para um consumo final de eletricidade de sensivelmente 54%. A acumulação é uma perspetiva, mas ainda não há. E a minha pergunta é esta: estimular esta via, o que penso é consensual no País, pressupõe pelo menos a garantia de que há essa prevalência no despacho, ou não?

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Sim. Quando os comercializadores adquirem a energia, de uma forma geral — e os PPA têm esse efeito —, adquirem-na toda e nem querem saber se há a questão do despacho, ou não.

Na verdade, estamos aqui a confundir duas coisas. Muitas vezes, a energia é injetada na rede e não está a ser paga. É que o comercializador é uma figura separada de tudo isto. São situações diferentes, separadas.

Se uma empresa tem um PPA com um comercializador, ou seja, se tem o seu contrato de venda de energia, essa energia vai ter de entrar sempre, porque ele vai estar a vender a energia ao outro senhor que está do lado de lá, que já a pagou e está disposto a pagar por ela. É importante fazer esta análise ligeiramente separada em relação a isto.

Não sei se me fiz entender.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Gostava de abordar um outro tema, já aqui referido, sobre a auditoria da Brattle. Só para ficar aqui claro, gostaria de saber o seguinte: quando é que ela foi requerida? E por quem?

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — A indicação que tenho é que ela foi requerida pelo Secretário de Estado da Energia — à data, o Dr. Artur Trindade — e o processo seguiu a partir daí.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Mas nesse relatório refere-se, a dado passo, o seguinte: «Consideramos que foi entre setembro de 2012 e setembro de 2013 que o comportamento de oferta das unidades associadas aos CMEC teve o maior impacto no mercado de reserva secundária».

Ou seja, esta auditoria sustenta que há aqui rendas, que há sobrecustos. Concorda comigo, ou não?

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Novamente, não querendo fugir a esta questão, que, às vezes, é mais política do que técnica, da existência das rendas, devo dizer que o relatório é relativamente claro em relação a isto: há um valor que foi cobrado e que não deveria ter sido. Acho que mais claro do que isto, não existe.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Assim, em relação àquela pesquisa que andamos aqui a fazer à procura de rendas excessivas,

podemos concluir, dando como bom este relatório, que, neste período, houve rendas excessivas a favor da EDP na base dos CMEC.

É legítima esta minha conclusão? Estou a fazer algum erro?

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Não me compete a mim estar a pronunciar-me sobre isso.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Não é diretamente nos CMEC, é na gestão que se faz, em função dos que entram ou que não entram. Portanto, no fundo, em termos práticos, vai resultar numa vantagem para os CMEC.

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Sim. Acho que isso é claro.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Uma vantagem, dizia, para quem tem o CMEC, em prejuízo do Estado, como é óbvio.

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Aliás, esse mesmo aspeto é um dos quatro elementos considerado como aspeto inovatório.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Os anos de 2017 e 2018 foram anos onde tivemos uma grande capacidade de produção das renováveis, em que houve uma redução efetiva do tarifário por um conjunto de razões que estão já perfeitamente identificadas. A minha pergunta final é se, na sua perspetiva e face aos instrumentos existentes, há condições para

que continuemos a prosseguir esta linha de abordagem relativamente à tarifa, à pretensão da redução da tarifa e ao ataque ao défice tarifário.

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Diria que não só temos condições, como não temos alternativa, porque este é o caminho.

O caminho não pode ser outro. E a grande vantagem da nossa aposta ao nível das energias renováveis é precisamente seguirmos este caminho que tem como objetivo termos energia barata e disponível, que seja um fator de competitividade positivo para a economia portuguesa.

Julgo que as condições estão todas reunidas e acho que o caminho vai ser precisamente esse, porque esse é o caminho do mundo também.

O Sr. **Presidente**: — Antes de terminar, surgiu-me uma dúvida ao longo desta audição e que pode ter a ver com o facto de me ter ausentado durante uns minutos, mas gostava de aproveitar este momento para a colocar ao Sr. Engenheiro.

Estamos a olhar para aqueles investimentos todos que estão licenciados, falou-se aqui longamente sobre como era feita a avaliação e, ao mesmo tempo, temos esta questão da necessidade do reforço da rede para que tudo isto seja possível.

A questão que tenho, e não sei se foi respondida quando me ausentei por uns minutos, é se no momento da decisão do licenciamento essa necessidade de investimento que tem de ser feito na rede é considerada na mesma avaliação.

Ou seja, enquanto investidor proponho-me a fazer um parque no sítio *x* que está completamente longe de tudo o que é rede, o que é completamente diferente, como já disse, de eu, investidor, me propor a fazer um parque *y* junto a um sítio onde estamos pertíssimo da ligação da rede e por isso os custos são menos.

Os custos da rede têm peso e, depois, caem em cima das nossas faturas mensais, mais tarde ou mais cedo. Não sei se esta pergunta foi feita ou não. Se foi, peço desculpa por estarmos ainda a falar nisto a esta hora.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Se a compatibilização desses investimentos estava contemplada?

O Sr. **Presidente**: — Se estava considerado na decisão, ou seja, se está considerado no momento do licenciamento.

Cabe à Direção-Geral licenciar «Ok, licencio o seu parque ali, longe de tudo ou licencio o seu parque aqui perto de tudo». Quando licencia longe de tudo está a ter em conta... Até porque, hoje em dia, quer a REN, quer a EDP têm os seus planos de investimento a médio prazo condicionados por decisões do Parlamento, por força das alterações que foram feitas no Orçamento do Estado desde 2017.

Ou seja, está a ter em conta toda esta coisa que está a jusante e a montante do investimento propriamente dito? A Direção-Geral de Energia também avalia isso? Quando emite a licença «checa» com a REN, com a EDP, tem pareceres sobre isto que, de alguma forma, credibilizem — que é a questão que tem sido colocada aqui quer pelo Deputado Joel Sá, quer pelo Deputado Fernando Anastácio —, de facto, a decisão da Direção-Geral relativamente àquele investimento em concreto?

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Absolutamente. Só para dar um pequeno enquadramento: o País, do ponto de vista elétrico, da rede nacional de transporte, que é o que define quase tudo isto, está dividido em zonas de rede. Basicamente, vamos chamar-lhes distritos, não o são, mas, se quiserem, são distritos elétricos. E têm diversos níveis de tensão.

Quando a empresa entrega o pedido de licenciamento, dependendo dos casos, pode ter de acompanhar um sem número de situações que vai desde o estudo de impacto ambiental ou outras, explica claramente... A Direção-Geral sabe, além dos elementos técnicos, qual é a zona de rede a que se pretendem ligar.

Nesse momento, e é esse o processo que é iterativo e que vai sendo feito, é sempre contactada quer a EDP Distribuição, quer a REN. Mas quando estamos a falar ao nível da zona de rede, questiona-se se existe disponibilidade naquela zona de rede para entrar mais este centro eletroprodutor.

A partir do momento que este processo fica identificado, se houver, a REN referencia esse valor e, no momento em que há o licenciamento, imediatamente...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Engenheiro...

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Deixe-me acabar...

O Sr. **Presidente**: — Vamos supor: o investimento *A* tem essa característica e dizem do lado de lá: «A ligação vai custar *x* milhões e não temos». A licença já não é atribuída?

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — Quem paga a ligação é o promotor!

Os investimentos que temos de fazer é ao nível das centrais, do grande transporte, nomeadamente ligar alguns postos de transformação. Mas o grosso é nos postos de transformação e, depois, o que custa são as linhas de muito alta tensão.

Quem paga o investimento responsável pela ligação à rede é o promotor. Faz parte do projeto.

O Sr. Eng.º **Mário Ferreira Guedes**: — E quando o contrata quer seja com a REN, quer seja com a EDP, paga logo à cabeça um terço.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Que vai ficar na tarifa!

O Sr. **Presidente**: — Peço desculpa por ter pedido este esclarecimento, mas não queria ficar com esta dúvida.

Pois, já percebemos que fica sempre tudo na tarifa!

Assim chegamos ao fim de mais uma reunião. Queria agradecer às Sr.^{as} e Srs. Deputados, aos serviços de apoio também pela forma como decorreu a reunião e, sobretudo, ao Sr. Engenheiro pelos esclarecimentos que nos trouxe.

Relembra os Srs. Deputados que amanhã temos reunião a partir das 9 horas, através do *Skype*, com o Sr. Comissário Carlos Moedas. Dou, desde já, nota de que não haverá apresentação inicial, por isso faço um apelo a todos para que estejam presentes logo no início, cabendo ao CDS-PP iniciar a inquirição, com a expectativa de terminarmos a audição antes do período de votações para evitarmos a sua suspensão.

Deixo este apelo final aos Srs. Deputados para que amanhã sejam ainda mais concisos e práticos do que têm sido ontem e hoje, já que as reuniões têm sido muito mais rápidas do que o normal.

Agradeço a todos novamente e dou por encerrada a reunião.

Eram 21 horas e 2 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.

